

ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA EM VINTE E OITO DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ

No dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e dez teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quinta sessão ordinária de 2010 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2 - Câmara Municipal de Coimbra-Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011;**
- Ponto 3 - Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra-Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011;**
- Ponto 4 - Posição financeira do Município de Coimbra em 30/06/2010-parecer do auditor externo;**
- Ponto 5 - Mapa de pessoal da CMC para o ano de 2011;**
- Ponto 6 - Revisão da organização dos serviços municipais;**
- Ponto 7 - Gás Natural - despesa plurianual;**
- Ponto 8 - Energia eléctrica - despesa plurianual;**
- Ponto 9 - Relatório de Actividades 1º semestre de 2010 dos SMTUC;**
- Ponto 10 - Gasóleo a granel - SMTUC - alteração à repartição de encargos;**
- Ponto 11 - Gasóleo a granel - SMTUC - repartição de encargos e respectiva alteração;**
- Ponto 12 - Relatório de Contas do 1º semestre de 2010 de AC-Águas de Coimbra, EM;**
- Ponto 13 - Protocolo de Cooperação para a Gestão e Utilização do Mini-Campo Desportivo da Ribeira de Frades;**
- Ponto 14 - Fundação Bissaya Barreto - alteração de fins de utilização de parcela de terreno;**
- Ponto 15 - Águas de Coimbra, E.M. Plano de Actividades e Orçamento 2011 e tarifário 2011;**
- Ponto 16 - Turismo de Coimbra, E.M.- Orçamento e Plano de Actividades;**
- Ponto 17 - Prodeso - relatório fiscal único - 1º semestre 2010;**
- Ponto 18 - Coimbra I Parque - relatório fiscal único - 1º semestre de 2010;**
- Ponto 19 - Mercado Abastecedor da Região de Coimbra SA - opção na compra de acções.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Carlos Alberto Nunes da Silva, António Moisés Galdes da Silva, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, Joana Margarida Alves Martins, João Francisco Lencastre Campos, Maria Helena Moura Ramos, Paulo Luís

Cunha de Almeida, Miguel José Ferros Reis da Fonseca e Hugo Filipe Martins Rodrigues.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Hélder Rodrigues de Abreu, Rui Manuel Sousa Soares, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Helena Maria de Oliveira Freitas, Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Jorge Manuel Monteiro Lemos, Milene Catarina Pereira Cunha, José Manuel Ferreira da Silva, André Luís Paiva Serra de Oliveira, José Manuel Gonçalves da Silva, Mário António dos Santos Carvalho, Carlos Rogério Antunes Pinto, António José Costa Sequeira, André Gonçalo Dias Pereira e Horácio José da Paz Santiago.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Costa Veloso, José António Marques Cortesão, Fernando Manuel Sousa Pardal e Manuel Costa Veloso.

Faltou justificadamente o deputado José Manuel Gonçalves da Silva.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca, Maria Isabel Silva Pimenta e Melo e Isaura Maria Cardos dos Reis Madeira

Faltou justificadamente o deputado Fernando Jaime Alves Martinho.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Victor.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

José Manuel Torres Farinha

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, Luís Nuno Ranito da Costa Previdência, Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco, Paulo Jorge Carvalho Leitão, João Gilberto Matos Orvalho, Álvaro Jorge de Maia Seco, Carlos Manuel Dias Cidade, Rui Pedro Gonçalves Duarte e Francisco José Pina Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

O Presidente da Assembleia Municipal Manuel Porto chegou uns minutos atrasado, tendo iniciado a sessão o 1º Secretário da Mesa da Assembleia quando eram quinze horas e quinze minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Deputado municipal **Vasco Jorge Antunes Cunha**, pelo período de 4 dias com início a 4 do corrente mês;

-Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Hugo Filipe Martins Rodrigues**;

-Deputada municipal **Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues**, pelo período de 10 dias com início a 21 do corrente mês;

-Deputada municipal **Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho** pelo período de 3 dias com início a 27 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **André Gonçalo Dias Pereira e Horácio José da Paz Santiago**.

Deputado municipal **João Carlos Tavares Pinto Ângelo** pelo período de 3 dias com início a 23 do corrente mês;

-Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDU”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Isaura Maria Cardoso dos Reis Madeira**.

O Presidente da Junta de Freguesia de Souselas, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído por Rui Manuel Sousa Soares.

Período Antes da Ordem do Dia:

Armando Gonsalves, Presidente da Liga dos Amigos dos Covões veio sensibilizar a Assembleia Municipal visando tomada de posição que considerar pertinentes acerca do seguinte assunto:

“Liga dos Amigos do Hospital dos Covões

Esclarecimento à Assembleia Municipal de Coimbra da Moção aprovada pela Assembleia-geral Extraordinária da LAHC em 25 de Novembro de 2010, acerca “da decisão governamental da fusão do Centro Hospitalar de Coimbra. E.P.E., com os Hospitais da Universidade de Coimbra, E.P.E. e com o Centro Hospitalar

Psiquiátrico de Coimbra, pretendendo criar uma nova Entidade designada por Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra — CHUC.”

1 - Reafirmar que se trata fundamentalmente da fusão dos dois únicos Hospitais Centrais Gerais com Serviço de Urgência polivalente que estão localizados em Coimbra mas que dão assistência à população de toda a Zona Centro (dois milhões e oitocentos mil habitantes) e que só a fusão destes dois hospitais (CHC, EPE e HUC, E.P.E.) origina uma estrutura hospitalar com 1.900 camas às quais acrescem as 470 camas do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra, pelo que o que a Tutela pretende é pôr a funcionar, com benefício para os doentes de Coimbra e da Zona centro, uma estrutura hospitalar com 2.370 camas!

2 - Informar que em Portugal, só existem 14 Hospitais Centrais com Urgência polivalente e que esta medida de unir, num só, os dois únicos Hospitais Centrais Gerais da Zona Centro com Urgência Polivalente, enquanto, por exemplo, o Norte do País fica com os quatro Hospitais Centrais Gerais com Serviço de Urgência Polivalente, é idêntica à que resultaria da decisão de unir na Zona Norte o Hospital de Santo António com o Hospital São João. De salientar que a fusão dos outros hospitais anunciada no Orçamento para o ano de 2011 não tem nada a ver com a que se pretende pôr em execução na Zona Centro, pois, unem Hospitais de grande ou média dimensão com estruturas hospitalares especializadas ou de pequena dimensão, e portanto com menores dificuldades de gestão e menores consequências para os profissionais de saúde e para os utentes.

3 - Dar a conhecer que as normas de gestão que imperam, desde há muitos anos, na União Europeia, mostram que a boa funcionalidade e o melhor rendimento dos hospitais se consegue com unidades que não ultrapassem as 600 a 800 camas.

Normas de gestão que durante todo o processo de formação do Centro Hospitalar de Coimbra já eram apontadas pelo Prof. Bissaya-Barreto quando nos cinco a seis anos que precederam á abertura do CHC, pugnou que Coimbra e a Zona Centro tivessem dois Hospitais Centrais de Excelência: um Hospital Universitário e um Hospital Cidade.

O Debate sobre esta questão constituiu um autêntico referendo que levou à formação do Centro

Hospitalar de Coimbra ainda antes da transferência dos HUC para as suas actuais instalações.

4 - No que respeita ás normas relativas à população que serve um Hospital Central Geral com Serviço de Urgência polivalente todas elas, a nível europeu, apontam para um Hospital Geral Central para cada 800 mil a um milhão de habitantes, o que mostra que a existência de dois Hospitais com estas características na Zona Centro está correcta: dois hospitais para cerca de dois milhões e quatrocentos mil habitantes, dado que 400 mil são da área de influência do Hospital Distrital de Viseu, que é considerado um Hospital Central mas não possui Urgência polivalente (o seu Serviço de Urgência é médico-cirúrgico) pelo que tem, em algumas situações, de recorrer a Hospitais com Serviço de Urgência polivalente, nomeadamente aos HUC. Também está de acordo com estas normas a existência de 14 unidades Hospitalares para os 10 milhões de Portugueses.

5 - É necessário não escamotear a realidade de que o Orçamento para o ano de 2011, em que está inserido este processo, é um orçamento profundamente restritivo e que a fusão executada na Zona Centro é diferente de todas as outras. Por outro lado, não houve estudos prévios para a tomada duma decisão desta envergadura, pelo que qualquer modificação na estrutura Hospitalar existente deve resultar de estudos

aprofundados e de consensos alargados sob pena de se tomarem decisões que originam enormes prejuízos para a assistência médica na Zona Centro, com repercussões negativas nunca vistas no funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, dado que não é legítimo poupar no SNS sacrificando a acessibilidade e a qualidade da assistência médica aos Utentes de Coimbra e da Zona Centro.

6 - Lembrar que o Serviço de Urgência do Hospital Geral do CHC, E.P.E. esteve encerrada no período nocturno durante um ano, sendo os doentes assistidos nos HUC, o que trouxe tantos problemas e sacrifícios que, à data, a Assembleia Municipal constituiu uma Comissão em que estavam integradas representantes dos dois Hospitais que conseguiram, após audiência com a Comissão Parlamentar da Saúde, a reabertura do Serviço de Urgência do Hospital dos Covões durante 24 horas, de acordo com notícias saídas no Diário de Coimbra, cujas cópias se anexam.

7-Termino solicitando que esta Assembleia acompanhe todo este processo tomando, atempadamente, as decisões adequadas em defesa do Direito à Saúde em Coimbra e na Zona Centro."

O Representante de Educadores do Colégio da Imaculada Conceição leu o seguinte documento:

“Somos um grupo de educadores do Colégio da Imaculada Conceição de Cernache e estamos bastante preocupados com as renegociações dos contratos entre o Ministério da Educação e as escolas não estatais (particulares e cooperativas).

As alterações que o Governo se prepara para introduzir no ensino não estatal poderão vir a obrigar muitas escolas a fechar. Nesta situação estão colégios do concelho de Coimbra:

Colégio da Imaculada Conceição de Cernache, Colégio São Teotónio, Colégio Rainha Santa, Instituto de Almalaguês, Colégio de São Martinho, Colégio de Souselas e o Instituto de Lordemão.

Face ao exposto, não conseguimos entender o silêncio da Câmara Municipal de Coimbra, principalmente quando estão envolvidos cerca de cinco mil alunos, quinhentos professores e duzentos funcionários. Cinco mil alunos verão a vontade dos seus pais defraudada, pois a este pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos seus filhos! Setecentos educadores poderão vir a viver do subsídio de desemprego e serão mais um encargo para o estado que enfrenta actualmente uma situação de grande fragilidade económica!

Estranhamos ainda mais o silêncio deste executivo face à situação que hoje vive o Colégio da Imaculada Conceição! O CAIC cede, gratuitamente, há vários anos, uma sala à Escola Básica da Lameira! Fornece diariamente cerca de cinquenta refeições aos alunos da referida escola! Coloca à disposição duas funcionárias do colégio para auxiliarem os alunos no trajecto escola-colégio e colégio-escola! E, para finalizar, sempre que solicitado, o CAIC cede as suas instalações para as mais variadas actividades das escolas do primeiro ciclo!

É evidente que o CAIC presta à comunidade um serviço público não estatal!

Como é possível que este executivo ainda não se tenha apercebido desta situação?

Como é possível que este executivo ainda não tenha vindo a público denunciar esta tentativa de destruição do ensino não estatal?

Como é possível que esta câmara cruze os braços quando o seu concelho sofre um violento ataque em algo que lhe devia ser extremamente caro a EDUCAÇÃO?

O diploma aprovado pelo Conselho de Ministro não pretende reduzir a despesa pública, pretende sim atacar de forma violenta a existência de um ensino não estatal

aberto a todos os cidadãos e que comprovadamente é mais barato do que o ensino estatal!

Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia Municipal contamos com a vossa ajuda nesta luta que não deve ser só nossa, mas de todos os defensores de um estado democrático!

Colégio da Imaculada Conceição

Exm^o. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra

É do conhecimento de todos que a Educação no nosso país se encontra envolta numa situação indesejada a, no mínimo, peculiar, nomeadamente no que respeita ao Ensino Cooperativo a Privado.

Obviamente que o Colégio da Imaculada Conceição não se pode dissociar de toda a preocupação que paire nas mentes de milhares de Educadores de milhares de alunos de milhares de encarregados de educação e de milhares de tantos outros que dependem, directa ou indirectamente, de escolas que, diariamente, dão um contributo válido para a formação de seres humanos.

O CAIC é um Colégio com anos de existência, tentando colocar em prática um Projecto Educativo que possibilite a formação constante dos seus alunos e que emprega muitos trabalhadores das freguesias que o rodeiam.

Assim, acreditando profundamente no Projecto Educativo do CAIC, os seus educadores/ trabalhadores decidiram manifestar o seu descontentamento e franca preocupação face ao futuro do Colégio. Neste sentido, e em nome de todos estes educadores/trabalhadores do CAIC, venho por este meio solicitar e vossa excelência que se digne a receber os nossos representantes, na esperança de poder partilhar desta preocupação que julgamos poder afectar não só a comunidade educativa do CAIC, como também as freguesias que o rodeiam.

Agradeço, desde já, toda a disponibilidade e atenção que possa dispensar."

Intervenção da deputada municipal Olinda Sousa Rio (Por Coimbra):

Sr. Presidente da Assembleia

Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Paulo Barbosa de Melo

Sra. Vice-Presidente, Prof^a Doutora Maria José Azevedo

Novo vereador, Doutor João Orvalho

Cumprimento-os em especial por estarem nesta Assembleia, pela primeira vez, nestas novas funções.

Srs. Vereadores

Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia

Sras. Deputadas, Srs. Deputados

Senhoras e Senhores presentes

Quero começar por expressar ao novo elenco camarário os meus augúrios das maiores venturas e inspiração para este magnífico desafio que constitui a governação da Câmara de Coimbra.

A substituição de um Presidente da Câmara pelo seu Vice-Presidente já aconteceu, por exemplo, em Lisboa e no Porto, com executivos camarários do PS, e parece-me algo completamente pacífico e sem contornos de! Sucessão dinástica", como diz o André Oliveira.

Esta altura do ano é propícia à elaboração de balanços. Olhamos para nós, constatamos o que fizemos, o que gostaríamos de ter feito. Olhamos para a frente, perspectivamos o futuro. Os nossos projectos. O que gostaríamos de executar.

Hoje vou debruçar-me sobre um assunto específico: o EPC – Ensino Particular e Cooperativo.

Saúdo a intervenção do Professor, do Colégio da Imaculada Conceição de Cernache e manifesto a minha discordância, só no ponto da falta de apoio, ou pelo menos solidariedade, com esta causa de “não estatização da educação”. Pelo menos através de mim, enquanto deputada pela Coligação “Por Coimbra” já manifestei publicamente a minha posição, completamente concordante com a vossa, nesta matéria.

No início de Novembro, como referido pelo locutor que me antecedeu, o Governo, em Conselho de Ministros, aprovou a renegociação dos contratos entre o Ministério da Educação e os estabelecimentos particulares e cooperativos, com o objectivo de diminuir a despesa pública que sustenta em que o financiamento às escolas particulares e cooperativas não necessita ser “tão intenso”. Nesta sequência, os contratos com privados deixam de ter renovação automática e passam a ser avaliados e renegociados.

Na altura o Presidente da República alertou para que “deve haver multiplicação e diversificação na escolha e nas oportunidades, sem o que é a própria liberdade de ensinar e aprender que fica comprometida”, pediu bom senso, prometendo assumir as suas responsabilidades caso isso não se verificasse, mas o diploma acaba de ser promulgado. O PR deu o sim aos cortes no ensino particular e cooperativo e justifica a sua decisão em comunicado divulgado hoje com estabilidade e confiança!

“Na sequência de um diálogo estabelecido entre a Presidência da República e o Governo, foi possível encontrar um texto que, sem pôr em causa as opções políticas da exclusiva competência do governo, acolhe com razoabilidade os princípios de estabilidade contratual e de confiança que devem estar presentes numa matéria de tão grande relevância”

Ora, o ME refere, nomeadamente através da Ministra da Educação, que das 93 escolas não se sabe quantas verão cessar o contrato de associação e promete avaliar “caso a caso” tendo sempre presente a oferta pública existente nas redondezas. “Os contratos de associação destinam-se a prover as deficiências da rede pública. Nessa revisão, vamos ter em conta dois factores: a estabilidade do ano lectivo e a estabilidade do ciclo de ensino para defender as famílias”.

Parece-me que nem o ano lectivo está salvaguardado.

A suspensão da legislação do financiamento do EPC pode levar ao fecho de escolas, ainda antes do final do ano lectivo, e conduzir a esta inevitabilidade, seguramente, a médio prazo.

As famílias mais carenciadas vão ficar com menos possibilidade de escolha. Há milhares de alunos a frequentar gratuitamente, ou com reduções, o ensino privado.

Através de contactos entre o ME e os EPC's o Estado Português, não só complementa a rede de oferta pública, mas garante um ensino gratuito nestas escolas, salvaguardando formas de ser e de estar diferentes e uma liberdade de escolha inerente a um país democrático.

Acabar com a renovação automática dos contratos da associação é promover a etilização do ensino em Portugal, é privar muitas crianças e pais desta escolha, é reservar o Ensino Privado aos que têm rendimentos para o pagar.

Em Espanha a maior parte das Escolas públicas são colégios com contratos com o Estado. Em Inglaterra, o privado e o público estão separados, e veja-se as dificuldades com que lutam as escolas públicas deles.

Há ainda outros inconvenientes:

-Como sabemos, a Escola é um veículo de transmissão de uma narrativa de valores culturais. O sistema educativo é um poderoso instrumento na construção de identidades, de consciências, que, numa democracia, se querem plurais. Uma narrativa exclusiva de uma escola estatizada, de projecto único, pode ser muito mais perigosa do que parece.

-A exclusão de alternativas é “educação regressiva” e põe em causa a própria democracia.

-É uma demonstração de irresponsabilidade que num País onde o Governo diz querer atrair a confiança de investidores privados, trata desta forma os poucos que tem.

-Estas Instituições asseguram ainda outros serviços que irão por certo desaparecer também: creches, jardins-de-infância, ensino secundário sem contrato.

-O que é que iria acontecer, por exemplo, às alunas e alunos do Colégio Rainha Santa que frequentam o Secundário se este fechasse. Não têm lugar nas turmas das escolas ditas públicas da cidade. Vão transportá-los para escolas vazias da periferia. Por quem?

-Esta tentativa de estatização do ensino em Portugal tem ainda um outro inconveniente dramático. Põe em causa os postos de trabalho de milhares de professores e outros trabalhadores.

Sinto-me muito autorizada a falar nesta matéria, fui membro da Comissão Directiva do Sindicato de Professores da Zona Centro – FNE – UGT, durante um mandato, entre 93 e 96. Foram anos muito significativos em termos de intervenção sindical. São os anos da carreira docente única, de um estatuto da carreira docente igual para todos, da luta pela equiparação dos Professores do EPC, que vingou. Era impensável nessa altura que, direitos tão elementares como a mesma contagem de tempo de serviço, a mesma tabela salarial, as mesmas oportunidades de concurso, no público e no privado, não fossem reconhecidos a quem fazia o mesmo trabalho, com as mesmas habilitações.

Agora os Professores que leccionam nas escolas com contrato de associação não se encontram em pé de igualdade nos concursos, estão na segunda prioridade, a tabela salarial não é a mesma (é mais baixa), só lhe faltava uma recontratação anual, ou não.

Os contratos vão ser decididos caso a caso.

Não se compreende uma forma de tratamento tão desigual e discriminatória em relação às escolas do Estado quando, comprovadamente, estas escolas gastam menos, complementam a oferta em zonas carenciadas e, na generalidade, apresentam melhores resultados.

Também porque as escolas ditas públicas, estão absorvidas na aplicação permanente de directivas que vêm do ME, não bombardeadas com todo o tipo de solicitações burocráticas, vêm-se a braços com um controverso e complicado processo de avaliação docente, com um descontentamento generalizado patente na quantidade de professoras e professores que pediram reforma antecipada.

Tenho duas filhas que, desde o infantário, frequentam escolas chamadas públicas. Muitas outras crianças e jovens que conheço, algumas com piores condições económicas, optaram por colégios, por se sentirem mais identificados com o seu projecto educativo, por questões de horários, de distância à residência, por razões religiosas, ou outras. Estavam no seu direito.

É esta liberdade que está em causa."

Intervenção do deputado municipal Paulo de Almeida (Por Coimbra):

"Irei certamente registar, ao longo dos discursos que se hão-de seguir, uma redobrada alegria das bancadas da oposição.

Provavelmente imbuídos do espírito festivo que atravessamos, a conclusão de todos será bastante satisfatória: o Dr. Carlos Encarnação saiu do executivo.

Com obra feita, adiante-se. E apesar de todas as adversidades, sublinhe-se.

Agora que a oposição camarária parece ter conseguido uma vitória definitiva com a saída do Dr. Encarnação, os seus corações enchem-se de alegria e não vão deixar de embandeirar bem alto este feito.

Pelo qual muito lutaram, e com muita garra, e agora finalmente conseguiram o que queriam.

Portanto, aplausos são devidos a todos, mas não só à oposição.

É que a cidade está melhor, também fruto do Dr. Encarnação.

Temos hoje um complexo de piscinas – o melhor complexo de piscinas nacional - e o pavilhão multidesportos Dr. Mário Mexia.

Ambos vieram abrir um novo mundo de oportunidades à nossa cidade, aos seus clubes e desportistas, a todos os cidadãos e, em particular, a faixas da população até então com poucas possibilidades de acesso à prática de actividade física, em condições de grande qualidade.

Foi também iniciado um plano para estabelecer uma rede de campos polidesportivos, que hoje servem os conimbricenses desde Casais de Vera Cruz, na Lamasosa, aos de S. Martinho Árvore, passando pela Cruz Quebrada, Almalaguês, Antanhol, Pedrulha, Cova do Ouro ou Vale do Rosal, em Santa Clara.

A requalificação do Estádio Cidade de Coimbra, garantiu a participação da cidade na organização do Euro 2004 e dotou Coimbra e a Académica de um equipamento de reconhecida qualidade.

Foi construído o Estádio Municipal Sérgio Conceição, que veio dar resposta a modalidades de referência na cidade, e recebeu competições nacionais e internacionais de râguebi incluindo jogos da Selecção Nacional.

Requalificaram-se os campos de futebol do concelho, convertendo pelados em relvados, fazendo-se já sentir o aumento da prática do futebol entre os mais novos.

Foi no sector desportivo que a acção do Dr. Encarnação mais se destacou, o próprio o afirmou aquando da sua saída.

Saída que não significa que seja o fim, nem sequer o início de um qualquer fim.

Temos hoje um novo executivo, que não posso deixar de saudar. Uma nova vereação ao serviço de Coimbra. Um novo presidente e um novo vereador. A eles o meu especial cumprimento.

Todas as vitórias conseguidas pelo anterior executivo, e também pela força da oposição que o motivou, dão-nos boas perspectivas de futuro. Em boa companhia estamos, diria. Façam o vosso pior que nós cuidaremos de fazer o nosso melhor.

Não esperem, contudo, que a coligação seja atacada sem resposta. Não pedimos quaisquer favores e entregaremos as respostas necessárias sem hesitação. Preparem-se, portanto, caros colegas, para este renovado voto de confiança. Nós não nos desviaremos um milímetro, por mais sombria que seja a noite e por mais que vos custe, do nosso caminho. Sabemos que são tempos atribulados em que estaremos todos à prova. Daremos sempre o nosso melhor, pois confiamos que é Coimbra quem tem mais a ganhar."

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Venho falar vos do Metro Mondego, pretendo com isso convocá-los a todos para esta missão que penso que é o nosso dever, uma obrigação, uma missão de todos nós.

METRO MONDEGO – PROPOSTA-

“O Estado quer-se pessoa de bem.

O Estado contratualizou com as populações de Coimbra, da Lousã e Miranda do Corvo, “DESTRUIR” a linha ferroviária do centenário ramal da Lousã e em troca “CONSTRUIR” o Sistema de Mobilidade do Mondego.

Em execução de tal contrato, o Estado arrancou os carris e as populações destes concelhos adaptaram as suas vidas, sabe-se lá com que sacrifícios, à conseqüente perda da linha ferroviária que vem dos tempos da monarquia.

Criou a Sociedade Metro Mondego, geraram-se fundos europeus para financiarem a sua construção. Em curso estão duas empreitadas na linha da Lousã e procedeu-se já à demolição de uma parte significativa do miolo central da cidade de Coimbra.

O Estado que se quer pessoa séria, quer agora incumprir o que contratualizou.

O Metro Mondego, é assim hoje um problema de honestidade pública, de ética, de credibilidade do Estado. E sendo assim, como é na verdade, não é já apenas um problema regional, mas um problema nacional.

Não é um problema dos partidos, não é já apenas um problema das populações de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo. É um problema nacional, da afirmação do Estado, enquanto pessoa séria, credível e honrada.

E é por todos reconhecido que o Metro Mondego assegura o desenvolvimento regional das populações envolvidas que necessariamente ganham mobilidade e qualidade de vida.

A requalificação de Coimbra, que urge, está em absoluto dependente da implementação das obras, da abertura definitiva do chamado Canal da Baixa, que partindo da Loja do Cidadão, atinge a zona histórica da cidade.

A zona ribeirinha da Estação Nova à Estação Velha, tem no Metro Mondego a alavanca do seu desenvolvimento turístico, de lazer, comercial e civilizacional.

A envolvente dos Hospitais e Universidade de Coimbra, saturada com o afluxo de pessoas e viaturas vê no Sistema de Mobilidade do Mondego a esperança da sua revitalização ordenada. Esperança que de igual modo invade a densa zona habitacional que rodeia o Estádio Cidade de Coimbra.

É por tudo isto, que sendo o Metro Mondego uma “QUESTÃO COIMBRÃ”, como aqui já se referiu, o anunciado incumprimento do Estado, é também uma “QUESTÃO NACIONAL”, a da afirmação da credibilidade do Estado Português.

Nesta matéria, estamos por inteiro com as populações de Miranda do Corvo e Lousã, que classificam a supressão dos trabalhos no ramal da Lousã de um “*atentado sem precedentes ao desenvolvimento de toda uma região*”.

O Estado que os portugueses querem que seja sério, honesto e credível, o seu Governo através do Ministério das Obras Públicas não comparece às Assembleias Gerais da Sociedade Metro Mondego que ele próprio criou, não responde às solicitações e apelos dos autarcas da região, adopta um silêncio comprometedor e desprezível das nossas gentes como se não contássemos para o todo nacional, como se fossemos “pacóvios” provincianos de uma região que é mera paisagem, para se contemplar do TGV ou do Novo Aeroporto de Lisboa.

Este comportamento indecoroso e do seu Ministério das Obras Públicas, gera a nossa indignação e tem de ter uma resposta clara, inequívoca, de olhos nos olhos, de cara a cara. Não aceitamos que assim nos tratem.

Não se diga que a continuidade do projecto e das obras em curso é inviável face às medidas de restrição impostas pelo PEC.

Se, se reconhece que não se pode fazer tudo de uma vez, também é verdade que “ROMA E PAVIA NÃO SE FIZERAM NUM DIA”, sendo perfeitamente possível, de forma faseada, reduzir o esforço do investimento anual, e salvar tudo quanto já se gastou e garantir a execução do projecto e assim:

a) A operacionalização da linha da Lousã até S. José pode ser faseada em 3 anos, distribuindo sucessivamente o investimento, ainda não em curso e que não está actualmente previsto ser financiado pelo QREN, em cerca 25 milhões de euros, no primeiro ano, outros 25 milhões no segundo ano e, no ultimo ano, 40 milhões;

b) Com este escalonamento, será possível chegar a 2013 a operar da Lousã a S. José (Coimbra), passando para 2015 a operacionalização da Linha da Lousã, na zona da Baixa de Coimbra e até à estação de Coimbra B; e, para 2017, a, operacionalização da linha do Hospital da Universidade de Coimbra.

c) Estamos a falar do valor de um investimento nacional que pode ser significativamente reduzido se a comparticipação de 52 milhões prevista no QREN e que representa pouco mais de 10% do projecto for reforçada, para além da receita adicional proveniente da libertação dos terrenos da REFER, junto à zona ribeirinha da cidade, calculada em cerca de 30 milhões de euros.

Por isso;

A viabilidade da execução do projecto, assim demonstrada, aconselha que a empreitada do troço entre as Carvalhosas (entrada de Coimbra) e S. José que está pronta para ser adjudicada, deverá ser lançada de imediato.

Na Baixa de Coimbra, devem ser concluídas as demolições e iniciado o processo de reconstrução, pois o investimento a fundo perdido está já realizado, o que possibilita a requalificação urbana da zona degradada do centro urbano de Coimbra.

A petição com mais de 10 mil assinaturas, promovida pelo Diário de Coimbra, jornal cuja luta por esta causa saudamos de forma particular, promoveu uma petição com origem na internet e aí lançada pelo cidadão Bruno Ferreira, aguarda agendamento do Presidente da Assembleia da Republica para aí ser discutida e votada.

Caros deputados, independentemente da origem do partido ou lista porque foram eleitos, incluindo a Mesa desta Assembleia;

Proponho-vos que conjuntamente, todos, subscrevemos a convocação de uma Assembleia Municipal Extraordinária, cuja Ordem de Trabalhos será a apreciação, discussão e votação de uma recomendação, em nome da credibilização do Estado, para que retome no início do ano de 2011 o desenvolvimento do projecto do Metro Mondego nos termos propostos, a funcionar no dia que vier a ser designado para a aprovação e discussão do relatório da petição promovida pelo Diário de Coimbra e nas escadas exteriores do edifício da Assembleia da República.

Proponho-vos ainda dar conhecimento da presente recomendação às Assembleias Municipais dos concelhos da Lousã e Miranda do Corvo."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sé Nova:

"Meus senhores:

Como é do conhecimento de todos as “Águas de Coimbra” e a Câmara Municipal adjudicaram a obra de abastecimento de água à zona da Alta fazendo substituir todos os velhos canos de ferro ferrugentos e obstruídos a alguns de chumbo até, por uma nova canalização.

Nós, como Presidentes da Autarquia e representantes do povo estamos muito satisfeito e aqui viemos agradecer esse empreendimento, porque isso irá contribuir para uma requalificação ao Alta. Não é só a aparência, os prédios pintados e telhados novos é também a água que é o fundamental e que é um bem, e que não chega muitas das vezes aos lares e que enferruja as máquinas porque está toda obstruída."

Intervenção do deputado municipal Torres Farinha ("Pina Prata, Agora Sim"):

"Apenas uma breve intervenção para desejar as maiores felicidades ao novo Presidente da Câmara, dar as boas vindas ao meu colega de outras lutas João Orvalho, e deixar aqui duas notas:

Relativamente ao Metro, obviamente é uma questão de menorização de Coimbra, para a qual Coimbra tem que estar mobilizada independentemente das leituras para o futuro da Cidade.

Outra, não menos importante, que é, complementar e reforça esta, que é o Plano Estratégico que já devia ser discutido, oportunamente foi aqui reiterado pelo Dr. Maló e que justifica igualmente uma Assembleia extraordinária ou pelo menos uma das próximas Assembleias, para que, de uma vez por todas, se defina o futuro de Coimbra para o qual todos lutemos em conjunto."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

"Atendendo à intervenção do senhor deputado do CDS Paulo Almeida, é por aí que vou começar a minha intervenção

O Senhor deputado errou. Costuma-se dizer que errar é humano e acertar é muçulmano! Mas não é o caso. Se o senhor vem dizer que a oposição ficou satisfeita com a saída do Dr. Carlos Encarnação, está redondamente enganado! O Dr. Carlos Encarnação não precisava do exercício que o senhor deputado fez, para vir aqui defender o que é indefensável. Nem pense, que estamos aqui nesta Assembleia, a fazer o balanço do exercício do Sr. Dr. Carlos Encarnação. Porque o senhor deputado esqueceu-se de uma obra que está em curso, importantíssima para Coimbra, nomeadamente na minha freguesia. Eu convidava-o a visitar para ficar por dentro do que são grandes obras também em Coimbra.

Mas, há uma questão que o senhor deputado, talvez não intencional, omitiu, que é o seguinte:

Todo o trabalho feito, não foi do Dr. Carlos Encarnação, foi do seu executivo e o senhor passa uma esponja, inclusive na área do desporto foi muito infeliz, e vou dizer porquê!

Porque o senhor vereador que até é do seu partido, Sr. Luís Providência tem feito um trabalho que, de facto não envergonha Coimbra.

O senhor Dr. Carlos Encarnação limita-se, ele ou outro Presidente qualquer, a dar relevo ao trabalho dos senhores vereadores confirmando as decisões.

O senhor veio aqui fazer um exercício democrático muito errado, em defesa de quem não lhe passou o atestado para vir aqui defender.

Quero dizer-lhe, senhor deputado que eu pessoalmente lamento, as razões que levaram à saída do Dr. Carlos Encarnação. E sobre esta matéria é um ponto final, é um assunto do Dr. Carlos Encarnação, não é um assunto do senhor deputado trazer a esta Assembleia foi infeliz com esta intervenção.

E agora aos temas que me trouxe a esta Assembleia.

Em primeiro quero saudar a amizade que me une ao Dr. João Paulo Barbosa de Melo, a sua ascensão ao lugar de Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, e que venha em boa hora.

Ao Prof. Orvalho de Carvalho, saúdo-o também e espero que faça um bom trabalho na área que foi incumbido.

E agora dirijo-me já ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que assinei há dias uma petição, que tem a ver com uma Cervejeira instalada em Coimbra, por um empresário de Coimbra chamado Arnaldo Batista mais propriamente com a instalação da cervejaria Praxis.

Coimbra em vez de acarinhar os empresários, tentam chutá-los. Eu estou em condições de dizer a esta Assembleia, que o Senhor Arnaldo Batista já foi convidado a deslocar a sua unidade "Praxis", para Braga ou para Vila Nova de Gaia. Ainda recentemente foi contactado pelo Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia para proceder a esta deslocalização. Isto a propósito de alguns moradores se queixarem contra aquela unidade hoteleira, que está ao serviço de Coimbra e é um projecto de Coimbra.

Senhor Presidente da Câmara e senhores vereadores que impere aqui o bom senso, para que o senhor Arnaldo Batista não saia de Coimbra pelas razões que V. Exas. bem conhecem e que eu não quero aqui referir para não criar susceptibilidades e algum desagrado já no início do seu mandato Senhor Presidente da Câmara. Porque se vamos a falar de ruído eu discuto os bares que estão na minha freguesia, não são muitos mas, são alguns que causam grande perturbação nocturna, como os bares na Alta e na Praça da República também causam grande perturbação! Então porquê um ataque tão cerrado à Praxis?

A segunda questão, também tem a ver com restauração. Já no tempo do seu antecessor senhor Presidente, levantei aqui a questão da casa de pasto "Zé Manel" ser vítima de perseguição. E permita-me dizer com toda a legitimidade que o restaurante "Zé Manel" sita no Beco do Forno, é uma casa que faz parte do Roteiro das Tabernas de Coimbra e de mês para mês, ou é por isto ou é por aquilo, e agora até querem que o proprietário apresente um termo de responsabilidade em relação ao edifício.

Senhor Presidente da Câmara solicito a V. Ex^a diligências no sentido desta questão do restaurante "Zé Manel" ser bem atendido e levado em conta, porque senão, caímos no risco de perder uma casa carismática da Baixa de Coimbra e da própria Cidade.

O restaurante "Zé Manel" tinha um processo de coimas e o anterior Presidente da Câmara cuidou da sua resolução da melhor forma e que eu, na altura apresentei os meus agradecimentos.

Outra questão que me trás aqui é esta:

Quero saudar um autarca, colega Presidente de freguesia, que está ligado aos serviços de Higiene e Limpeza da Câmara Municipal de Coimbra, efectivamente agradecer-lhe que no que diz respeito aos serviços de limpeza da Câmara, têm sido um serviço capaz e eficiente. Só que temos aqui um grande senão! Em meu entender há um choque em quem compete e o quê!

Na Baixa de Coimbra, estamos a ter graves problemas, no que diz respeito à recolha por parte da ERSUC, ao contrário de que acontece com a recolha dos serviços da Câmara.

Sr. vereador Luís Providência dirijo-me a si, solicitando que, de uma vez por todas, se resolva quem é o pai desta criança, porque isto não pode continuar assim. As pessoas telefonam a reclamar os problemas de recolha e dizem lhes que é com a ERSUC.

Portanto, fica também aqui esta nota de agradecimento pelo serviço prestado de um colega que estando no terreno sabe o que são os problemas dos Presidentes de Junta.

Outra questão que quero colocar é dizer ao Senhor Professor Manuel Porto Presidente da Assembléia Municipal que qualquer dia os deputados municipais não têm mesas para trabalhar, enquanto estamos aqui nas reuniões da Assembleia.

Isto começa a ser um problema da Assembleia. Seria bom que levassem isso em consideração. Não é vaidade mas cada um dos deputados deveria ter uma mesa para trabalhar, porque antigamente havia mesas, e agora aos poucos desaparecem.

Também queria dizer que nem tudo é mau, porque finalmente a obra de requalificação da Rua Corpo de Deus está em bom ritmo. Fica desde já aqui o convite da Junta de Freguesia para que o senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores e deputados quando fôr o cortar da fita, porque não é o cortar do fita, mas, de facto é o agradecimento daquelas pessoas que ali habitam que estão satisfeitos com esta obra.

E para terminar mesmo, dirigia-me a senhora vereadora Maria João Castelo Branco. A questão prende-se com a licença de utilização das lojas do comércio da Baixa de Coimbra.

Tem de haver alguma tolerância dos seus serviços no que diz respeito a algumas entradas dos operacionais, nos estabelecimentos comerciais. É certo que as pessoas cumprem ordens, são funcionários. Mas eu apelava a V. Exa que ao comércio tradicional da Baixa de Coimbra, que houvesse alguma calma nas intervenções, porque ainda agora recentemente um comerciante, estiveram lá dois operacionais e aplicaram uma coima de 2.500€.

Pergunto-lhe Senhora Doutora, vamos fechar o comércio tradicional da Baixa de Coimbra, porque 90% dos comerciantes não tem licença de utilização?

Então vamos ver aonde é que isto vai parar!

Era este apelo que lhe fazia, porque não é ilegalidade, há que conhecer a lei antes de 1951, saber o que é que é o quê, porque de facto alguns deles já não tem dinheiro nem para a renda nem para a luz, por isso deixam as montras às escuras, quanto mais pagarem coimas deste valor."

Intervenção do deputado municipal Paulo Almeida "Por Coimbra":

"Em defesa da honra queria dizer ao Sr. Clemente, que no exercício democrático, tal como ele se lembrou de trazer a esta Assembleia alguns aspectos que considero negativos, eu trouxe alguns aspectos que considero positivos, e que tenho tanta procuração como V.Ex^a, que não exibiu dos restaurantes de Coimbra nenhuma procuração, para falar sobre eles."

Neste momento passou a presidir a sessão o Presidente da Assembleia Manuel Porto.

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês "Por Coimbra":

“Em primeiro lugar não por uma questão de defesa seja de quem fôr, mas gostaria de uma primeira palavra, ser no sentido uma palavra de agradecimento, uma palavra de reconhecimento, uma palavra até de gratidão em relação à pessoa que foi o Presidente de Câmara que antecedeu o actual. Dr. Carlos Encarnação de facto deu a Coimbra e ao País tudo aquilo que esta região precisava. Uma voz que sempre esteve próximo das pessoas é um homem íntegro, ímpoluto é um grande democrata, é um homem intelectualmente superior e de facto, é nesse sentido que eu gostaria de deixar aqui esta palavra de agradecimento e de gratidão. Gratidão, por tudo aquilo que ele de alguma forma desenvolveu, na relação que manteve com os cidadãos de Coimbra, na relação que manteve com todas as pessoas, com as Juntas de Freguesia, na relação que manteve com todos os interesses na defesa dos verdadeiros interesses de Coimbra e da região.

Em segundo lugar, quero também felicitar e desejar um bom desempenho ao senhor vereador João Orvalho, desejo que tenha naturalmente todas as felicidades, desejo que desempenhe aquilo que os cidadãos de Coimbra estão à espera e naturalmente que, de acordo com a nova liderança do Dr. João Paulo Barbosa de Melo, a que eu também de alguma forma, quero-lhe dizer que todos nós esperamos, esperamos muito de si, esperamos muito de si porque todos nós reconhecemos as qualidades de trabalho, qualidades de dedicação à causa pública, qualidade de alguém que está intelectualmente e tecnicamente muito bem preparado para enfrentar as vicissitudes que todos nós nos esperamos no próximo ano e nos seguintes.

De facto, Coimbra precisa de uma voz, esta região precisa de uma voz, porque Coimbra não se desenvolve, jamais se desenvolverá, se não se desenvolverem os concelhos que fazem parte desta região, e os concelhos que fazem parte desta região, também nunca se irão desenvolver, se Coimbra efectivamente não se desenvolver, nós precisamos de uma voz que defenda os nossos interesses, que defenda não só os interesses das nossas populações, mas também que afirme esta região de contexto nacional. E é essa voz, a voz naturalmente do actual Presidente de Câmara de quem nós muito esperamos, que essa voz se possa erguer exactamente na defesa de Coimbra e na defesa desta região.

Nós esperamos que para os nossos filhos e para os vindouros que esta terra de uma vez por todas se transforme de uma terra de oportunidades, esperamos muito do Dr. João Paulo Barbosa de Melo, confiamos em si, pode contar connosco

E concerteza que Coimbra terá um futuro melhor.

Queria dizer ao senhor deputado Ferreira da Silva que também é obvio que nós comungamos das preocupações que veio aqui trazer em relação ao Metro Mondego. Mas quero dizer que acho que, a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego devia ter tomado uma atitude mais veemente do que aquela de passividade do que aquela que nós nos verificamos e nos deparamos na última Assembleia.

Achamos que chegou o momento das duas comunidades, se fundirem, porque não faz sentido nenhum, que a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego onde Coimbra se insere, esteja de costas voltadas para concelhos que ainda a bocado teve oportunidade de pronunciar designadamente Miranda, Lousã, mas também os outros, porque é preciso promover de uma vez por todas uma política de transportes em relação a esta região.

E não faz esse mesmo sentido que a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior, que faz parte do Distrito de Coimbra esteja de costas voltadas para a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego. Estamos também com a vossa preocupação, mas

é também fundamental que os vários concelhos envolvidos e todos aqueles que lhe são limítrofes tomem essa responsabilidade, uma responsabilidade de solidariedade, de afirmação da nossa região no contexto nacional.

Por último, dirigir uma palavra ao Presidente da Liga dos Amigos dos Hospitais dos Covões.

É de facto uma nossa preocupação, que efectivamente também de alguma forma eu manifestei na última reunião da Comunidade Intermunicipal que, estamos muito preocupados com a questão da reorganização e racionalização do sector empresarial do Estado, no âmbito do qual se prevê que sejam agrupados o Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra, os Hospitais da Universidade de Coimbra, o Centro Hospitalar de Coimbra e o Centro Hospital Psiquiátrico de Coimbra.

Eu perguntei ao senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego se tinha de alguma forma já desenvolvido, alguma iniciativa no sentido de tentar apurar em que circunstância é que pretendem fazer esse reagrupamento. Estamos preocupados, não temos informação, não queremos que efectivamente um dos pólos de desenvolvimento desta região se transforme, numa mera situação instrumental no sentido de reduzir custos de forma abstracta.

Nós, pretendemos que este pólo da saúde se mantenha. Queremos saber concretamente em que circunstâncias é que esse reagrupamento se vai processar. Essa é a nossa preocupação, queremos saber, temos o direito de o saber! Estamos convosco nessas lutas e a partir de Janeiro vamos desenvolver as iniciativas tendentes para obter essas informações.”

Intervenção do deputado municipal José João Lucas (BE):

“Sobre o Agrupamento dos Hospitais da Universidade de Coimbra, tive a ocasião pessoalmente entregar ao Dr. Armando Gonsalves um texto de uma pergunta feita pelo um grupo parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República. Passo a ler esse texto para que seja de conhecimento de toda a gente, interessa que não só falemos aqui, e que nos lamentamos daquilo que, normalmente o Governo faz, sem consultar as pessoas, mas também desejávamos que na Assembleia da República neste como noutros assuntos as pessoas se pronunciem e emitam o seu parecer e o seu ponto de vista e votem no sentido dos interesses Cidade de Coimbra. Passo a ler as perguntas feitas ao Governo:

O Governo anunciou, no Relatório do Orçamento do Estado para 2011, que pretende agrupar numa única entidade - o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, os Hospitais da Universidade de Coimbra, E.P.E. (HUC), o Centro Hospitalar de Coimbra, E.P.E. (CHC), e o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra (CHPC).

A única justificação invocada pelo Governo para esta decisão foi a "*redução significativa do número de cargos dirigentes, tanto de nível superior, como de nível intermédio*". Tanto quanto do conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, não foi realizado qualquer estudo prévio que fundamente a criação da nova mega-estrutura.

A principal motivação que deve presidir à integração de serviços de saúde - a melhoria da prestação de cuidados de saúde à população utente, através de uma mais adequada redistribuição dos recursos disponíveis e consequentes ganhos de eficiência foi assim relevada para segundo plano.

O Centro Hospitalar e Universitário, a ser criado, constituirá uma estrutura gigantesca sem paralelo com qualquer outro Centro Hospitalar já existente. A

integração dos 3 hospitais mencionados, em simultâneo, numa estrutura desta dimensão, dificilmente produzirá em 2011 a redução de custos pretendida pelo Governo.

Por outro lado, desconhece-se se e como se procederá à integração da oferta de cuidados de saúde actualmente disponibilizados por cada uma das instituições.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Confirma o Governo a inexistência de um estudo prévio que fundamente a decisão de integrar numa única estrutura, os Hospitais da Universidade de Coimbra, E.P.E. (HUC), o Centro Hospitalar de Coimbra, E.P.E.(CHC), e o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra(CHPC)?
 2. Que número de cargos dirigentes de nível superior e intermédio (em termos absolutos e relativos) prevê o Governo reduzir com a integração dos HUC, do CHC e do CHPC? Para quando prevê o Governo a concretização dessa redução?
 3. Está o Governo em condições de garantir a continuidade do posto de trabalho a todos os restantes profissionais das entidades a integrar?
 4. Como se processará a integração das três unidades hospitalares mencionadas no que respeita à prestação de cuidados de saúde? Que reestruturações estão previstas a nível clínico?
 5. E relativamente aos serviços não clínicos (serviços financeiros, serviços de pessoal, serviços de aprovisionamento, etc.)?
 6. Quais os custos operacionais da integração prevista? Para quando antevê o Governo o retorno desse investimento? Ainda no decurso de 2011?
 7. Face à decisão agora conhecida, como justifica o Governo o investimento recente na construção e apetrechamento de uma nova urgência com sede no Hospital Geraldo CHC? Esta manter-se-á em funcionamento ou será encerrada?
- Isto foi entregue na Assembleia da Republica 29 de Outubro de 2010.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Aprovado o orçamento de Estado do PS, PSD e dos interesses financeiros é hora de reflectirmos sobre alguns dos seus impactos em Coimbra e na região, e este, creio, é o local e o momento indicado para o fazer.

Escolhi falar-vos de três aspectos que considero paradigmáticos e cruciais para o bem-estar e o desenvolvimento de qualquer cidade ou região em qualquer país: transportes, saúde e emprego.

Relativamente à política de transportes e mobilidade, eixo estruturante e estruturador do ordenamento do território e do urbanismo, Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã viram-se amputadas de um projecto vital, como o é o Metro Mondego.

A cidade de Coimbra, hoje, sem peso político significativo e com uma classe política que a representa, na sua esmagadora maioria, medíocre e curvada perante a macrocefalia lisboeta, esperando fazer carreira dentro dos seus partidos e apanhar algumas migalhas laterais de poder, foi tratada de forma arrogante e com desprezo político, reduzida a um estatuto de menoridade.

Depois de, durante anos, terem sido enterrados largos milhões de euros nas sucessivas administrações, estudos, projectos, expropriações e indemnizações do Metro Mondego, depois de se ter destruído todo um quarteirão, no miolo da

baixinha, desalojando os seus habitantes e destruindo património, situação perante a qual a única força política que protestou e denunciou foi o BE, depois de se ter arrancado a linha férrea de Coimbra a Serpins, privando os habitantes deste eixo territorial dum meio de transporte centenário e crucial para a sua ligação a Coimbra, procura o governo enterrar definitivamente o projecto despejando no rio Mondego o a água do banho e o menino lá dentro, sendo que desta feita o menino é toda a população que envolve a área do projecto do Metro Mondego.

A cidade de Coimbra vê-se também amputada de um instrumento de ordenamento e de reabilitação urbana essencial, que permitiria simultaneamente modernizar e estruturar uma política de mobilidade assente num eixo de transporte público menos poluente que ajudasse a diminuir a pressão do automóvel privado com todos os efeitos negativos que tem na qualidade de vida urbana.

Pedia aos senhores deputados do PS, PSD e CDS que escutassem bem as minhas palavras. E porquê?

De nada valem proclamações tonitruantes e inflamadas em torno de uma suposta “Questão Coimbrã” que embora de gosto duvidoso mereceu o nosso apoio nesta Assembleia.

Na hora da verdade perante uma proposta apresentada no Parlamento pelo deputado do BE, José Manuel Pureza, que visava consagrar em orçamento de Estado, para a REFER, uma dotação de 25 milhões, verba suficiente para assegurar a viabilização do Projecto Metro Mondego os deputados do PS eleitos por Coimbra, votaram contra e os do PSD e do CDS abstiveram-se, todos irmanados segundo a ordem suprema do divino PEC, viraram a cara à defesa dos interesses da cidade e da região, fazendo abortar a possibilidade de viabilizar o projecto do Metro Mondego. Por isso não nos venham com cantilenas demagógicas chorar sobre o leite derramado, nem PS nem PSD/CDS souberam ou quiseram defender os interesses da cidade. Esta é a pura realidade dos factos, contra a qual não há argumentos.

Passando ao segundo aspecto que afecta Coimbra e a região: a saúde, que tem constituído marca da cidade pela sua importância e relevante qualidade de serviços prestados à região e o país. Aqui boa hora veio o Dr. Armando Gonsalves em nome da Liga dos Amigos do Hospital dos Covões, nos trazer o seu alerta que o subscrevemos inteiramente.

O governo, mais uma vez, a pretexto da necessidade de racionalização de custos das estruturas orgânicas da Administração do Estado, definiu a fusão dos Hospitais da Universidade de Coimbra, do Centro Hospitalar de Coimbra e do Centro Psiquiátrico de Coimbra, numa mega unidade o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra. Tudo isto sem que se conheça qualquer estudo ou projecto em concreto que sustente esta decisão em termos que não sejam apenas determinados por mera decisão administrativa - burocrática de cariz economicista.

No seu afã de cortar despesa pública, a Ministra da Saúde decretou um corte de 5% em 2011 o que representará neste caso, para Coimbra, cerca de 11,5 milhões de euros.

A questão crucial que se nos coloca é a de que, independentemente da necessidade de racionalização dos recursos públicos, esta deve ser sempre feita na óptica da eficácia e da melhoria da prestação de cuidados de saúde, o que não parece ser o objectivo desta fusão de serviços hospitalares. As fusões de serviços, *de per si*, não trazem diminuição de gastos apenas as extinções de serviços, e é isso justamente que tememos, com razões de sobra, que esteja a ser planeado. Esta fusão hospitalar, capitaneada no terreno por fiéis do governo, mais importados com os resultados

económicos da sua gestão, do que com o interesse dos utentes, não hesitará, estamos certos, em dismantelar serviços e valências, promovendo a redução de postos de trabalho, aumentando a precariedade e reduzindo a qualidade dos serviços de saúde prestados.

Esta nossa suspeita não assenta em meras especulações infundadas, mas antes cresce, quando reparamos que à volta de Coimbra e dos seus hospitais públicos, crescem três ou quatro hospitais privados. Ora, na febre neoliberal que muito bem casa com a premência de reduzir o défice de estado, o utente de saúde vira cliente. O que era um direito consagrado - acesso aos cuidados de saúde - passa a ser uma possibilidade cada vez mais em função da bolsa de cada um. Assim direitos universais na saúde, como aliás na educação e na segurança social, passam a ser oportunidades de mercado, abrindo caminho a fabulosos negócios de apropriação privada em detrimento do serviço público.

Por último, e na despedida do Presidente Carlos Encarnação, não queria deixar de recordar aqui as promessas eleitorais que fez no início da sua caminhada pelo poder executivo, nomeadamente as que alardeava em torno de supostas promessas de investimentos empresariais na cidade, que se concretizariam com a sua vitória eleitoral. Não nos esquecemos, do que foi então dito. Bastava que ganhasse e os investimentos acorreriam à cidade. Nove anos decorridos de poder absoluto os resultados estão à vista e não podem enganar ninguém.

Coimbra continúa numa marcha acelerada de perda de dinamismo económico, sem capacidade de atrair novos investimentos, que não sejam catedrais de consumo, que destruíram o pequeno e médio comércio da cidade.

O executivo municipal no poder há mais de 9 anos, não tem sabido criar novas dinâmicas económicas, nem se tem revelado capaz de potenciar dinâmicas empresariais capazes de absorver milhares de jovens licenciados, mestrados e doutorados, desperdiçando um enorme capital humano de conhecimento e capacidades de produção e transferência de saberes.

É assim, que numa cidade universitária como Coimbra, se registe a mais alta taxa de desemprego de jovens licenciados, mestrados e doutorados do país, que já atinge os 25% do universo de desempregados registados 45% têm entre 18 e 34 anos de idade.

É assim, que a região e o país têm vindo a desperdiçar e a lançar no desespero a geração de jovens mais bem qualificada de sempre, na história do país e, simultaneamente, aquela que tem uma vida mais precária e o futuro mais nebulosamente ensombrado.

Também neste plano o poder político em Coimbra falhou. Ao longo destes últimos anos de poder PSD/CDS/PPM com a ajuda prestimosa da CDU, a cidade periferizou-se ainda mais, perdendo terreno para outras cidades concorrentes atrasando-se no desígnio da sua modernização e atractividade empresarial.

Na hora da despedida de Encarnação, assistimos a mais uma encenação do síndrome de “calimero” como auto-justificação esfarrapada, para o que todos sabíamos, a prazo ser inevitável: o abandono voluntário do poder, a fim de preparar o terreno para o seu sucessor, fazendo sobre ele incidir os holofotes do protagonismo necessário para credibilizar a sua candidatura em 2012.”

Intervenção da deputada municipal Isaura Madeira (CDU):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

A água é essencial à vida e por isso, o acesso a este bem é um direito fundamental humano. Só uma gestão pública e democrática permite assegurar a todos os cidadãos o acesso à água, independentemente da sua condição económica e social.

A Águas do Mondego, empresa que distribui a água para vários concelhos do distrito, já faz parte do grupo Águas de Portugal. O Governo prepara-se para privatizar parte da Águas de Portugal. A privatização significa uma gestão virada apenas para a obtenção de lucro, fazendo prever o aumento dos preços da água para o consumidor e a perda do controlo democrático sobre a gestão da água. Com a privatização os cidadãos deixam de ter uma palavra a dizer sobre a política da água. A Águas de Coimbra, empresa municipal que distribui água no concelho de Coimbra, também está na mira do “negócio da água”.

Não podemos aceitar que também esta empresa fique subordinada à lógica do lucro. Acabei de ler o texto de um postal subscrito por cerca de 2500 munícipes de Coimbra e que entregarei hoje aqui e dos quais serão entregues cópias ao Sr. Primeiro-ministro. A subscrição destes postais resulta de uma campanha promovida pela Comissão Concelhia de Coimbra do PCP com o objectivo de esclarecer e mobilizar a população para a luta por uma água pública, o que é público é de todos o que é privado é só de alguns.

A conservação deste bem essencial enfrenta inúmeras dificuldades. O aumento da população e da diversidade de actividades praticadas pelo Homem conduzem a um maior consumo de água, reduzindo as reservas de recursos hídricos. Os níveis crescentes de poluição diminuem a qualidade da água, contribuindo também para a redução da quantidade disponível. As desigualdades na distribuição da água causam assimetrias sociais, económicas e políticas.

A gestão sustentável dos recursos hídricos tornou-se num dos principais desafios da actualidade, mas também num apetecível negócio de milhões. Sob uma capa da eficiência do mercado, onde domina a iniciativa privada com os seus modernos métodos de gestão empresarial, o que nos querem impor é um chorudo negócio de milhões de retorno garantido, à custa do erário público e de todos os consumidores. Por todas estas razões, a CDU estará sempre contra a privatização da água e tudo fará para o esclarecimento e mobilização de todos quanto defendem a água como um direito fundamental.

A campanha irá prosseguir, pelo que, angariaremos certamente muitos mais postais dos munícipes de Coimbra.

Agora relativamente à questão aqui levantada pelo Sr. Educador do Colégio de Cernache.

A bancada da CDU ouviu com muita atenção as preocupações deixadas pelo Sr. Educador, preocupação essa que partilha, a preocupação com o desemprego do pessoal docente, mas infelizmente esta não é matéria exclusiva das escolas privadas e neste caso o Colégio de Cernache, mas, é extensível também a sector público.

Quanto ao diploma promulgado pelo Sr. Presidente da República, entendemos que deve ser respeitada a lei, e nesse sentido, lembramos também, que todos os Colégios com contratos de associação e que se encontram a menos de 5Km estão ilegais. O que não é obviamente o caso do Colégio de Cernache.

Portanto, nessa medida eu penso que o Colégio de Cernache será uma excepção. Grande parte dos Colégios que se encontram na Cidade de Coimbra, estão de facto ilegais, porque todos estão a menos de 5Km das escolas públicas. Não é o caso deste Colégio.

Relativamente aos cortes anunciados, também aqui partilhamos da preocupação, mas essa preocupação é extensível também às escolas públicas, portanto, a nossa preocupação é o que está previsto em sede de Orçamento de Estado, o que são os cortes para o ensino. Infelizmente não só para o ensino particular, mas sim para o ensino particular e ensino público.”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

"Esta minha intervenção em nome da bancada da CDU, é um apelo quer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, quer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Este apelo tem em vista que em 2011, se melhor, o funcionamento de alguns órgãos autárquicos com responsabilidades directas na gestão que se quer de qualidade do Município de Coimbra.

No que respeita ao funcionamento da Assembleia Municipal, a CDU entende que é intolerável o adiar sucessivo das alterações ao regimento de funcionamento deste órgão.

As propostas que a CDU aqui apresentou e que foram aprovadas pelas outras forças políticas com acento nesta Assembleia, tiveram como consequência imediata a constituição de uma Comissão para elaborar o novo regimento de funcionamento. Passado um ano, nada avançou, pelo que solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que providencie com carácter prioritário uma reunião da referida comissão para que, com as alterações previstas ao regimento de funcionamento deste órgão autárquico, se atinja um nível de preparação e funcionamento desta Assembleia mais qualificada.

No que respeita à preparação como exemplo refiro uma situação que, para esta Assembleia foi mais uma vez uma realidade e estou a referir-me a que os grupos continuam a receber a documentação incompleta, em termos de dados e informação, o que nos limita a apreciação dos mesmos, que se quer rigorosa, e sobre a qual nos teremos de pronunciar no âmbito das competências de todos os eleitos desta Assembleia Municipal.

A CDU espera que, na condução destas secções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal coloque mais rigor e transparência sobretudo nos momentos de votação dos documentos, pois o que se tem vindo a passar e que foi lamentavelmente bem evidente na última sessão deste órgão em nada dignifica o papel e a função da Assembleia Municipal.

Já agora, acho que na altura que as pessoas estão a fazer as suas intervenções, o mínimo que se exige é mais silêncio para que, possamos ser ouvidos e para que valha de alguma coisa o estarmos aqui.

Na última Assembleia Municipal a CDU denunciou, mais uma vez, o facto da Câmara Municipal na pessoa o Senhor Presidente descorar, pois é da sua competência a marcação das reuniões do Conselho Municipal de Educação.

Na altura, reafirmamos hoje este apelo, na altura ainda o Dr. Carlos Encarnação admitiu que se tinha esquecido, reafirmamos hoje esse apelo, e estivemos a verificar as actas deste Conselho Municipal de Educação e desde a sua constituição desde 2004, ele reuniu duas vezes em 2005, três em 2006, em 2007 não houve nenhuma reunião em 2008 reuniu três vezes, sendo que a última reunião foi em 23 de Junho de 2008. Estamos em Dezembro de 2010.

As medidas do Governo PS terminadas na resolução de Conselho de Ministros em Julho de 2010, estão consolidadas em lei desde o passado mês de Novembro.

Tal significa, que o encerramento de escolas do 1º ciclo com menos de 21 alunos vem como a fusão de agrupamentos são orientações às quais a Câmara Municipal de Coimbra não pode ficar indiferente sobre pena de não ter alternativas de política educativas concelhias capazes de contrariar no que for possível as determinações do Governo, meramente pensadas numa perspectiva economicista anulando as Cartas Educativas concelhias desvalorizando simetrias regionais e os interesses das populações.

A CDU entende que sendo o prazo para as mudanças, propostas o final do ano lectivo 2010/2011 deve o Presidente da Câmara convocar o Concelho Municipal de Educação para analisar consequências e traçar caminhos alternativos para que Coimbra tenha uma palavra no que respeita a dizer ao reordenamento Escolar.

No que respeita ao sector da Saúde, a concelhia de Coimbra do PCP, reuniu recentemente com a Directora do Agrupamento do Centro de Saúde.

Para nos transmitir um conjunto de preocupações a que os Centros de Saúde dizem respeito e tivemos conhecimento e neste âmbito de órgãos que não funcionam e de coisas que deviam acontecer, tivemos conhecimento que no âmbito da constituição dos agrupamentos do Centro de Saúde, existe um órgão que se chama Conselho Executivo, com funções de intervenção regional semelhantes às do Conselho Municipal de Educação, que, ainda não está em funcionamento pois para a sua constituição tem faltado a colaboração do Senhor Presidente da Câmara de Coimbra os outros concelhos são Penela e Condeixa.

A CDU lamenta que esta autarquia desvaloriza participação em órgãos, onde pode ter voz na defesa dos interesses dos cidadãos do concelho no caso de uma área tão importante como é a saúde, com graves problemas nos Centros de Saúde, com a fusão já legislada dos Hospitais de Coimbra.

Senhor Presidente da Câmara, a CDU espera que, a sua disponibilidade para esta questão seja diferente da do seu antecessor.

Já agora pelas questões da saúde e porque o nosso camarada de bancada o Dr. Fernando Martinho, até, pelas funções que exerce não pode estar presente, e tinha uma intervenção específica sobre esta questão da fusão dos Hospitais. A CDU comunga das preocupações aqui trazidas pelo Presidente da Liga dos Amigos do Hospital dos Covões, e realmente o que temos a dizer, subscrevemos tudo o que foi dito, com a certeza de que, esta decisão foi uma decisão tomada de forma aleatória, sem serem medidas as consequências do que é que significa juntar tantas unidades hospitalares que são de mega dimensão, são estruturas grandes, que servem não o concelho, não o distrito mas, sim toda a região centro.

Não se teve a noção, nem se tem a noção do que é que isso pode significar, de imediato para os utentes. Mas, também e muito para os trabalhadores desta diversas unidades hospitalares desde o funcionário da lavandaria, dos administrativos até aos médicos e enfermeiros a qualquer especialista.

Portanto, não houve este estudo, não houve esta preparação prévia, digamos que aquilo que nós sentimos é que, na altura da elaboração do Orçamento do Estado a decisão do Partido Socialista quanto à fusão dos hospitais, foi esta como poderia ser outra qualquer, nem que fosse deitar abaixo qualquer coisa.

Esta questão é de tal forma abusiva, que por exemplo esta unidade se vai passar a chamar Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, sem que, sequer se tenham designado a questionar o Reitor da Universidade de Coimbra se estaria disponível a

alargar os serviços, ou seja, esta prestação esta comunhão com os serviços hospitalares universitários a outras unidades hospitalares.

Quero dar os parabéns ao deputado Ferreira da Silva, porque depois desta sua brilhante intervenção sobre as questões do Metro Mondego. Presumo que o passo seguinte, seja entregar o seu cartão de militante do Partido Socialista, porque realmente criticar aqui tão fortemente uma decisão do seu Partido, é realmente digamos assim, heróico, é pena que seja só essa. Já agora deixe-me dizer que o PCP na Assembleia da República, sempre defendeu outra solução para o ramal da Lousã, onde nessa altura estava o PS, a CDU nesta Assembleia trouxe várias vezes preocupações em relação ao Metro Mondego e lembro que a última preocupação foi aqui trazida, quase em vésperas do início das obras, em que solicitámos que ao menos tivessem a decência de não fazer a destruição total do ramal, ma, em fazer esta obra de forma faseada. Teríamos prejuízos na mesma mas não seriam tão gravosos..."

Presidente da Assembleia Municipal relativamente ao Regimento problema levantado pela anterior oradora disse que, a comissão reuniu, mas ouviu um arrefecimento de empenho, quando o representante do PS propôs que o tempo de palavra fosse proporcional aos membros da Assembleia Municipal. E a partir daí não quiseram mais reuniões, que fique bem claro, reunimos e quando foi proposto o tempo proporcional de número de membro na Assembleia Municipal houve esse esfriamento."

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

"A CDU vinha aqui questionar uma informação que tivemos e que queríamos ver aqui esclarecida.

Sabemos, que os seguros por acidentes para os funcionários públicos deixou de ser obrigatório, mas o que sabemos a Câmara e as Empresas ligadas à Câmara como seja os SMTUC sempre tiveram um seguro, sempre houve seguros de acidentes para os trabalhadores

Fomos informados e queríamos saber se esta informação era correcta. E no caso dos SMTUC desde os finais de 2009 deixaram de pagar esse seguro.

Queria saber se estas afirmações são verdadeiras e se deixaram porquê?

Queria colocar a questão, de que perante uma situação muito grave, exemplo que um trabalhador durante o seu período de trabalho tem um acidente e por exemplo morre, ou fica noutra situação muito grave o que não é meramente um pequeno acidente.

Naturalmente cabe depois à Câmara ter que resolver sem seguro esta situação.

Isto é, uma pergunta que queria vez esclarecida se de facto deixaram de pagar os seguros, só nos SMTUC e também noutros serviços da Câmara.

Caso o tivessem feito, como é que resolvem uma situação de acidente extremamente grave."

Intervenção do deputado municipal Pignatelli Queiroz (Por Coimbra)

"Em primeiro lugar quero felicitar o novo Executivo, desejo todas as felicidades, e desejo-lhe muito e bom trabalho e de êxitos, desejo o melhor para todos.

Não poderia deixar aqui uma palavra de reconhecimento para os longos anos de trabalho em conjunto e criou uma boa amizade não só na Câmara Municipal, com o ex Presidente Carlos Encarnação.

As minhas seguintes palavras referem-se a três efemérides que nos enlutaram. Entreguei à Mesa um voto de Pesar subscrito por todas as bancadas, é um voto de pesar por uma figura de referência do Prof. Aníbal Pinto de Castro.

Voto de Pesar

Faleceu há pouco um vulto insigne, cuja pessoa de qualidade e acção ultrapassaram o âmbito da nossa Universidade e do nosso Município. Professor Jubilado de U.C. de que foi Ilustre Professor da Faculdade de Letras, exerceu, ao longo da vida, diversas actividades e funções no âmbito da Cultura, do Ensino e sempre no domínio de Acção Social, do Ensino e sempre no domínio da Acção Social e Sócio. Caritativa.

Mais palavras prejudicariam todos quantos foram ditos e publicados até agora. Assim sendo, propõe-se á apreciação da Assembleia Municipal, reunida em 28 de Dezembro de 2010, um sentido de voto de Pesar pelo falecimento do Senhor **Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro**.

O Prof. Aníbal de Castro mereceu uma proposta por parte da senhora vice-presidente para ser erguido em Coimbra um busto em sua memória, acho que é merecido, acho que é louvável.

Também há dias em Coimbra foi um vulto que muitos conheceram ao longo destes anos nas tertúlias que ali havia onde se debatiam variadíssimos temas, desporto, cultura, direito, estou-me a referir ao **Café RITZ**, o senhor **Rosa**. O falecimento desta pessoa que nos recebia com o seu sorriso e com toda a boa disposição portanto, não poderia deixar de passar esta referência.

Mal refeito ainda, fui surpreendido também com outra, um vulto que residia ultimamente no Porto, com conhecimentos que se propagava além fronteiras. Um homem de outra cultura, uma cultura extraordinária de grande maestro, refiro-me ao **Maestro Manuel Ivo Cruz**, que já teve as correspondentes palavras do próprio Presidente da República. É com muita emoção que eu refiro aqui, e refiro o meu voto de pesar porque além de ser uma figura de prestígio nacional eu tinha a honra de ser um grande amigo.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês:

"Como Presidente de Junta da Freguesia de Almalaguês, quero iniciar esta intervenção por cumprimentar o novo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e todo o executivo. A todos desejamos os maiores sucessos do município e consequentemente o sucesso de cada um de nós.

A Freguesia de Almalaguês deseja sinceramente que a perspectiva e olhar que o Dr. Encarnação no seu mandato teve para com as freguesias mais periféricas e menos desenvolvidas do concelho se mantenha, isso será importante para uma reaproximação das populações menos desenvolvidas em função aquelas mais desenvolvidas.

Queria também daqui apresentar um voto de Pesar e um abraço solidário às famílias dos dois trabalhadores que faleceram nas obras de saneamento básico na freguesia de Almalaguês.

Obras de uma importância extrema, para toda a freguesia, obras que há muito se deveriam ter feito como todos sabem, e que nos não merecíamos que vidas humanas tivessem que perder-se também nesta luta pela dignidade.

Trago dois assuntos diferentes, e ambos referentes à dignidade no concelho e na freguesia.

Primeiro, fui nomeado pela Câmara Municipal de Coimbra, um dos três representantes do Conselho Geral de Agrupamentos de Escolas de Ceira.

Ao longo dos últimos anos, têm os pais dos alunos da EB/1 de Almalaguês e EB/1 Torre de Bera a apresentar sucessivas queixas de alegadas posições discriminatórias do agrupamento em relação aos alunos das escolas da freguesia de Almalaguês. Por questões geográficas, e identitárias os alunos da EB/1 de Almalaguês escolhem muito naturalmente frequentarem o Instituto de Almalaguês em detrimento da EB2/3 de Ceira.

Já me foi dito, que, os alunos de Almalaguês iam para a concorrência. Pasmese, a forma como pessoas responsáveis nesta área encaram a forma como estes alunos e estes trajectos são avaliados e pensados neste agrupamento e em relação à minha freguesia, não há razão alguma de atitudes que justifique atitudes discriminatórias para com os alunos de Almalaguês.

Eu, como Presidente de Junta, fomos contactados assim como os meus colegas de Castelo Viegas, Ceira e Torres do Mondego, para entregarmos dinheiro para um prémio de mérito. Eu e os meus colegas de Juntas dissemos que sim! Aguardei que me informassem o valor a transferir para o efeito e até este momento ninguém o fez, fui convidado por escrito pelo Agrupamento de Escolas de Ceira, para estar presente na festa de entrega de prémios de mérito da EB2/3 em Dezembro.

Contactei os professores e as Associações de Pais para saber previamente se havia alguns alunos da minha freguesia a quem iam a atribuir prémio.

Fui informado que os professores da escola de Almalaguês, não tiveram qualquer informação, sobre prémios, não souberam que critérios estavam definidos para a mesma avaliação nem para a sua atribuição pelo que, não havia qualquer aluno de Almalaguês nomeado.

Contactada a direcção do Agrupamento de escolas de Ceira pela Direcção de Associação de Pais de alunos da EB/1 de Almalaguês que também foi convidada por escrito para a festa, acerca de que alunos em concreto iam receber prémios. Foi-lhes comunicado, que nenhum aluno das escolas de Almalaguês receberia, porque a Junta de Freguesia não tinha enviado o dinheiro para o prémio.

Quero deixar claro aqui, três ideias sobre isto.

1- A Junta de Freguesia de Almalaguês afirmou estar disponível para pagar e aguardou contacto para o efeito. Reafirmo que tal não aconteceu.

2- Mesmo que tivesse sido verdade, e que a Junta tivesse recusado pagar os prémios não encontro justificação pedagógica para decisão de discriminação negativa sobre os alunos das escolas de Almalaguês em relação aos restantes. Iremos exigir ao Agrupamento das escolas de Ceira a acta do Conselho Pedagógico onde a decisão foi tomada, e queremos conhecer os fundamentos pedagógicos que a suportam.

3- O Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês foi nomeado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra para representante da Autarquia no Conselho Geral do Agrupamento das Escolas de Ceira, solicitará a sua demissão. Tenho orgulho de ser gente de Almalaguês, faço parte desta gente de carácter, somos gente digna e da nossa dignidade, da dignidade de sermos gente simples não

abdicamos, só queremos ser iguais, iguais a tantos outros meninos e homens mas iguais!

O segundo ponto é o seguinte:

Em primeiro queria cumprimentar pessoalmente o Dr. Ferreira da Silva pela sua posição tomada em relação ao Metro-Mondego e aqui apresentada a todos nós.

Finalmente o reconhecimento de que, este assunto é um assunto nacional, é um assunto que ultrapassa toda a região e é um assunto de que todos nos devemos envolver, penso que é extremamente importante que tenhamos todos essa perspectiva e que nos unamos em função desse propósito.

É necessário que esta questão nacional tenha visibilidade nacional.

Fui convidado como Presidente de uma Junta, para algumas reuniões em Miranda do Corvo ao longo destes dias acerca deste problema o Metro-Mondego.

Apenas quero aqui dizer, o Ramal da Lousã tem 104 anos, 104 anos de mobilidade, 104 anos de linha de desenvolvimento e de linha de proximidade.

Eram os carris, eram as velhas automotoras que garantiam essa mobilidade. Surgiu o Metro-Mondego, e o projecto que vinha trazer novas perspectivas de desenvolvimento para a região, não envolta sequer perceber agora aqui, quem foi culpado, como isto andou, ou não andou, o que importa apenas perceber que no 1º trimestre deste ano, avançaram obras de desmantelamento da carris, importa perceber que no mesmo ano é anunciado o fim destas obras e o fim desta mobilidade.

Nas várias reuniões que temos tido, em que fomos mostrando à sociedade civil, em que fomos mostrando a alguns autarcas, nós sentimos isto como um crime que lesa o desenvolvimento, um crime que nos retira aquilo que tínhamos à cerca de 104 anos!

Pensamos todos que o importante é agir, e este agir significa dar visibilidade nacional a esta mobilidade e actualmente a esta ausência de mobilidade.

Ainda ontem em Miranda do Corvo, se reuniram todos os Presidentes de Junta do concelho de Lousã e Miranda e mais sete presidentes de junta de Coimbra, a esperança é que na próxima reunião estejamos todos envolvidos nesta questão que é uma questão nacional, apenas para dizer que decidimos que era urgente voltar ao princípio, é urgente pelo menos voltar às automotoras, é urgente voltar a ter aquilo que tínhamos, isto, é o mínimo possível de aceitar pelas populações desta região.

Segundo para que tínhamos visibilidade era importante que todos pensássemos claramente em algumas acções de visibilidade, como seja, cortar a mobilidade de algumas vias, onde há mobilidade neste País para que, este País perceba o que é de repente deixar de ter mobilidade.

Era importante e pensarmos irmos a Lisboa, à residência do Senhor Primeiro-ministro oferecer-lhe alguns pedaços da linha que ele mandou arrancar de forma a dar visibilidade a esta falta de mobilidade.

Os presidentes de Junta que estivemos presentes nas reuniões, vamos aqui deixar uma proposta de moção a qual passo a ler:

PROPOSTA DE MOÇÃO

As populações dos concelhos de Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra, durante os últimos 104 anos dispuseram da mobilidade que o denominado Ramal da Lousã lhes facultou.

Na concretização de um Projecto denominado Metro Mondego, o Governo Português, assumiu no início de 2010 o desmantelamento da linha de caminho de ferro.

No final de 2010 o mesmo Governo de Portugal, mandou suspender todas as obras em curso, assumindo a impossibilidade de as concretizar.

Andam autocarros a substituir as velhinhas automotoras.

Foi anunciada a redução, a partir de Janeiro de 2011 do número de autocarros em serviço, e está previsto para Março de 2011 o fim do serviço de autocarros de substituição do transporte ferroviário.

Assim, prepara-se o Governo para em apenas doze meses, destruir a mobilidade que estas populações tinham há mais de um século. Um direito cívico com 104 anos, não pode ser destruído sem mais nem menos. Uma tamanha e monstruosa agressão, exige de todos nós sem excepção, uma enérgica e firme reacção, sob pena de a legitimarmos.

Está em causa a dignidade dos cidadãos de Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra.

A dignidade de cidadão, que assumimos, exige no mínimo, que o Estado seja digno. Não é possível com dignidade, pactuar com esta agressão do Estado, sobre as populações de Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra.

Queremos apenas, exigir que o Estado reponha o que nos tirou..."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Antanhol:

"Em especial para o novo Executivo, momentos de muito sucesso, Coimbra bem merece.

Depois de ouvir o Dr. Carlos Machado pouco mais tenho a dizer, estou aqui para defender o CAIC, uma escola onde estudei onde tive filhos a estudar, uma escola que marcou muito a minha vida.

Como é do vosso conhecimento a ideia deste Governo é acabar com as escolas privadas, alegando algumas mentiras, como por exemplo dizendo que fica mais caro, estar nelas, caso que é mentira e se pode comprovar.

A qualidade e segurança, ainda é muito importante para os pais que se preocupam com os seus filhos e o CAIC reúne estas condições.

De facto, encontramos-nos cada vez mais preocupados com esta situação, falamos mais de 800 alunos e cerca de 100 postos de trabalho, entre docentes e funcionários. Como tal cerca de mil pessoas que precisam desta escola para o seu dia a dia.

Já não falando do desenvolvimento desta zona de Antanhol e pior ainda a de Cernache.

Não podendo alargar-me mais e espero ter tocado na vossa sensibilidade que possam fazer algo por este Colégio, bem como outras instituições particulares que nestas mesmas circunstâncias se encontram.

Pois o nosso Governo quer tirar o pouco que nos resta, um bom serviço prestado por este CAIC na educação e formação de jovens.

Contudo a notícia animadora dos últimos dias, do actual Presidente da República, espero que este esforço nosso seja sentido mas que não seja necessário, mesmo assim ,não devemos cruzar os braços, como cidadãos temos deveres, mas também direitos."

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

"No início desta minha intervenção, neste período, não posso nem devo deixar de começar de comentar a saída do Dr. Carlos Encarnação, ex Presidente da Câmara Municipal, afirmando que consideramos profundamente inaceitável esta saída ao fim apenas de 1 ano de mandato. Esta demissão assume-se como uma verdadeira traição perante aqueles que o elegeram para 4 anos de mandato.

É para nós lamentável, que o Dr. Carlos Encarnação tenha abandonado Coimbra, e a luta por projectos estruturantes como ainda agora referido projecto do Metro-Mondego, usando para tal argumentos demagógicos e pouco credíveis. Afirmo, demagógicos e pouco credíveis porque e passo a citar:

O discurso da tomada de posse do Dr. Carlos Encarnação, confesso-vos que só nos restam um caminho, o de lutarmos com todas as armas que dispomos para garantir a nossa projecção e o nosso futuro.

Senhor Presidente, senhor deputados, os argumentos usados pelo Dr. Carlos Encarnação não são credíveis, ou então, esta referida projecção este futuro este suposto grande amor por Coimbra foi deixado cair num profundo esquecimento. Evidentemente que este abandono prematuro revelou a todos uma estratégia claramente planeada e orquestrada por uma das forças da “Coligação Por Coimbra”. Senhor Presidente Dr. João Paulo Barbosa de Melo, nesta intervenção também não poderia deixar de o cumprimentar, e de lhe desejar as maiores felicidades para o exercício das suas novas funções. Mas, também não posso deixar de referir que possui uma legitimidade democrática de profunda debilidade apesar de possuir uma clara e inequívoca legitimidade formal.

Por último e para terminar este primeiro ponto, permitam-me que recupere uma ideia do Prof. Álvaro Seco.

Para o bem de Coimbra esperamos que o senhor Presidente não desiluda os que não votaram em si, para estas funções de Presidente. Ou seja, todos os cidadãos de Coimbra.

Posto isto trago-vos um ponto mais animador, um ponto evidentemente mais consensual e transversal falo do Instituto Pedro Nunes.

Proposta para a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade ao Instituto Pedro Nunes

O Instituto Pedro Nunes - Associação para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia (IPN) é uma instituição de direito privado, de utilidade pública, sem fins lucrativos, criada em 1991 na sequência de uma iniciativa da Universidade de Coimbra.

Os seus objectivos são a investigação e o desenvolvimento tecnológico, a incubação de ideias e empresas, a formação especializada e a divulgação de ciência e tecnologia para o que dispõe de seis laboratórios de desenvolvimento tecnológico e uma incubadora de empresas.

O IPN é, desde 2009, um Business Innovation Centre (BIC) que são instituições de apoio aos empreendedores inovadores e às PME's, reconhecidos pela Comissão Europeia e coordenados pela EBN - European Business Centre Network.

A sua actividade de transferência de tecnologia é bastante diversificada, tendo participado em mais de duas centenas de projectos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) e realizado algumas dezenas de contratos de transferência de tecnologia para mais de 200 empresas.

A participação activa do IPN em projectos de investigação e de prestação de serviços de I&DT e consultoria a nível internacional tem vindo gradualmente a assumir um importante papel nas suas actividades de Inovação e de Transferência de Tecnologia, representando a sua prestação internacional uma percentagem significativa do volume de receitas.

A Incubadora de Empresas do IPN, em funcionamento desde 1996, tem por objectivo estimular e apoiar a criação e o desenvolvimento de novas empresas apoiando ideias inovadoras e de base tecnológica e promover uma cultura de empreendedorismo tecnológico e inovador.

Esta Incubadora foi eleita a melhor incubadora de base tecnológica do mundo ao vencer o concurso “Best Science Based Incubator”, realizado em Liverpool, nos dias 18 e 19 de Novembro deste ano, ao qual concorreram 50 incubadoras de 26 países.

A atribuição deste prémio é baseada na análise combinada de 25 indicadores, tendo a IPN- Incubadora sido distinguido pelos seus excelentes resultados em termos de um modelo de negócio autosustentado com forte retorno do investimento público, taxa de sobrevivência das empresas incubadas acima de 80 por cento, volume de negócios agregado destas empresas superior a 70 milhões de euros em 2009 e criação de mais de 1.500 postos de trabalho directos, muito qualificados, desde o início da sua actividade.

Em síntese, o IPN é uma estrutura inovadora com forte capacidade de atracção de empresas, capital e talentos, porque tem

- capacidade de combinação de I&DT de excelência, actividade empreendedora e interacção com outros agentes económicos, locais e globais;

- disponibilidade de infra-estruturas adequadas às necessidades das empresas tecnológicas e cio conhecimento;

- capacidade de fornecer serviços avançados (business intelligence, propriedade industrial, técnicas de negociação, consultoria “sofisticada” de gestão e finanças, brokerage servíces, etc.);

- capacidade networking e “capital social”, pelos contactos, interacções e comunidade criativas em que se está inserido.

Possuir o IPN em Coimbra, é uma grande honra e um enorme privilégio para a Cidade. Exemplos como este devem ser acarinhados, e valorizados, como tal é de elementar justiça a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade a esta Instituição.

Neste sentido, propõe-se que a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 28 de Dezembro, delibere:

1. A atribuição da **Medalha de Ouro da Cidade ao Instituto Pedro Nunes**.

Esta proposta é subscrita por todos os Grupos Municipais desta Assembléia."

Intervenção do deputado municipal João Lencastre (Por Coimbra):

"Queria dizer duas coisas muito simples:

A intervenção do Paulo Almeida que sublinho, em relação ao Dr. Carlos Encarnação e que já todos falamos um pouco sobre aquilo que o Dr. Encarnação representou a esta Cidade de Coimbra durante este 9 anos.

Mas, não posso deixar aqui de sublinhar aquilo que acabei de ouvir do deputado André Oliveira.

Tenho o André como uma pessoa inteligente, sei que obviamente tens de obedecer a algumas regras partidárias, mas aquilo que disseste é, de todo, descabido.

Falas em demagogia, falas em que a saída foi premeditada, mas não consegues provar isso, posso dizer enquanto dirigente do PSD fui apanhado tão de surpresa quanto a maioria dos cidadãos de Coimbra.

Evidentemente quando li uma entrevista que o Dr. Encarnação deu às Beiras há dois meses atrás, fiquei à espera que realmente fosse essa a decisão do Dr. Encarnação.

Dizes e citas o discurso da tomada de posse do Dr. Encarnação quando ele diz, que vai lutar com todas as armas, mas não sei se perceberam a demissão era a última arma disponível. Todos nós percebemos que ao longo dos últimos 9 anos, tirando a altura em que o PSD esteve no Governo, em que para Coimbra conseguimos trazer o Pediátrico e pergunto agora o que está a acontecer com o Pediátrico? Continuamos a ouvir as pessoas dizer que temos um hospital daquela dimensão e porque é que ainda não abriu?

Pergunto também ao PS quais são as novas que trazem da reunião que tiveram com os camaradas Socialistas em Lisboa do Governo, se temos novas medidas, se temos Metro, se temos Pediátrico, se temos uma nova Penitenciária, se temos remodelação de Coimbra-B, se temos o Tribunal se temos alguma coisa para Coimbra.

Não ouvi o PS falar quando saíram as Delegações Regionais de Economia e das Pescas não houve argumentos. A Direcção de Economia ía para Aveiro estava mais perto de empresas, já foi provado, até por funcionários que isso é mentira, há mais actividade económica no distrito de Coimbra. Com a mesma justificação levaram para Castelo-Branco a Delegação Regional de Agricultura e Pescas, há lá muitos portos de pesca? Há portos de pesca em Castelo Branco? A agricultura é mais desenvolvida em Castelo Branco do que no Baixo-Mondego?

Nós temos de falar das coisas a tempo e horas.

Falando do Metro-Mondego que foi a verdadeira chapada que deram a Coimbra, não ao Dr. Encarnação mas sim ao povo de Coimbra.

O Dr. Carlos de Encarnação alertou e o Executivo Municipal alertou quando foi passada para a REFER a obra do Metro-Mondego que isso significava o fim do Metro. Do PS local, apenas vieram evasivas a dizer que não, que tinha a garantia do governo que o Metro nunca ía terminar, mas passado este tempo, onde estão as garantias?

Agora apresentam estas moções, é verdade que devemos estar todos unidos para conseguirmos alguma coisa para Coimbra, estou de acordo, mas já deveriam ter sido feitas à mais tempo, será que com este sistema alguma vez o projecto Metro vai ser concretizado? Tenho as minhas dúvidas.

Quando falamos de demagogia e traição à Cidade de Coimbra, então temos de por na mesa todas as traições que foram feitas à Cidade de Coimbra. Todas aquelas que mencionei foram traições, e ainda mais até a delegação do Turismo do Centro foi para Aveiro. Ninguém do PS se manifestou, será que não é traição à Cidade de Coimbra? Agora vem dizer que o Dr. Encarnação traiu Coimbra, olhem para o vosso umbigo e vejam aquilo que aconteceu a Coimbra. Vamos sim, todos os partidos políticos deixar fazer política para o umbigo, mas, sim, fazer verdadeiramente política para a Cidade de Coimbra."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de St^a Clara:

"Em primeiro, os meus cumprimentos a todos nesta Sala.

Ao longo de 9 anos tem vindo aqui a este púlpito muita gente falar em grandes temas, tem-se apresentado moções, tem-se criado comissões. Até hoje nada vi feito como resultado dessas moções, das comissões que se criam nesta Assembleia. Honestamente, nunca vi um relatório desta Assembleia a dizer se as coisas tiveram efectividade. Por isso, agora em diante tenho que me dedicar é aos assuntos que me dizem respeito, são aqueles que interessam à minha freguesia e aos cidadãos.

Quando se propôs aqui que as senhas de presença dos deputados municipais da sessão de Fevereiro de 2010 seriam para ajudar na catástrofe da Madeira, eu não

aceitei e disse que não dava. Disse que quando fizesse uma visita à Madeira, contribuiria na Madeira com algumas economias que teria de fazer para a visitar. Depois fiquei com a consciência pesada, porque é que não fiz da mesma maneira que os outros, mas estava feito.

Agora pergunto aqui, não recebi essa senha de presença onde anda esse dinheiro? Foi depositado a quem foi entregue?

Queria fazer uma pergunta ao Sr. Vereador Francisco Queiroz e também tirar uma chapelada pelo brilhante serviço que está a fazer, em prol da habitação social, em St^a Clara eu sou testemunha disso.

Mas, aconteceu um caso há dias que me deixou perplexo. Uma senhora dirigiu-se Junta e disse que tem o telhado a cair e o senhorio não quer fazer obras, tendo sido informada na Junta que se fosse dentro de casa a Junta poderia ajudar em alguma coisa, no telhado não, são trabalhos perigosos, e a Junta não tem seguro para obras em casas particulares.

A senhora dirigiu-se aos Serviços de habitação, onde lhe disseram que tinha de pedir uma vistoria, vistoria essa que ficava em 175€.

Agora pergunto: uma pessoa que ganha 200€ por mês consegue pagar uma vistoria? Pergunto se isto é verdade se não fui enganado pela municípe.

Outra situação é o lixo e dizer que estou agradado com o esforço que o meu colega que está nos serviços de higiene no DAQV, que tem feito um bom trabalho para manter a freguesia limpa, quando preciso desses serviços ele faz tudo o que seja possível para que seja rápido.

É de lamentar que tenhamos de recorrer por estes meio, não se vê uma pessoa a varrer uma rua, antigamente varria-se as ruas, podavam-se as árvores, com a queda da folha as ruas ficam sujas, entopem as caixas de escoamento, as pessoas a reclamar, mas agora já não há pessoal para se fazer estes serviços, o que é de lamentar terem acabado com os cantoneiros de limpeza.

A cidade desenvolveu, bastante, o Dr. Encarnação fez um bom trabalho em Coimbra, conseguiu fazer as pontes que nunca mais eram feitas, na freguesia de St^a Clara investiu-se pela Administração Central mais de 1.500 mil milhões de euros.

Um outro assunto é a Praxis. Não percebo qual é a confusão com esta empresa, demorou tanto tempo para se instalar, agora não acredito que depois de tanto trabalho, se vão embora.

A pedido do município, a Junta fez um inquérito a escutar a opinião dos moradores por causa do horário, o horário que apresentamos por sugestão da junta, foi o horário aceite pela empresa Praxis e até está em vigor. As pessoas que vivem naquela urbanização ninguém disse mal da empresa em si, penso que estão satisfeitos. Disseram que havia conspiração, honestamente não vi nada. A Praxis está na freguesia de St^a Clara, espero que fique, acho tudo isto um grande fait divers, talvez para dar outra publicidade a esta empresa e dar interesse a uma fábrica de cerveja em Coimbra."

Intervenção Presidente da Assembleia:

Relativamente ao assunto das senhas de presença para a Madeira, quero esclarecer que fiquei desconfiado, na altura, quanto à decisão tomada. Se seria legal e se

poderia ser feito por estes trâmites. Seguro que não era, uma decisão da Assembleia Municipal nem que fosse por unanimidade a Assembleia Municipal expor dinheiros. Neste sentido, e penso que fica esclarecido, vai ser reposto a senha de presença a cada um dos deputados presentes, e depois as pessoas fazem o que bem entenderem à respectiva remuneração da senha de presença.

Agora uma decisão desta Assembleia não pode de maneira nenhuma privar a pessoa de uma remuneração pequena a que tem dinheiro, tinha essa dúvida, agora tenho a certeza que não era legal.

Fica à vossa consciência cumprir o que foi decidido."

Intervenção da deputada municipal Helena Freitas (PS):

"Em primeiro queria cumprimentar o novo Executivo da Câmara Municipal e todos os presentes nesta sala.

Um ano após a tomada de posse de um executivo, que se apresentou aos eleitores para governar Coimbra ao longo de 4 anos, assistimos à renúncia do Presidente da Câmara de Coimbra, e a uma reconfiguração da sua equipa ascendendo o seu vice-presidente à presidência.

Não pretendo perder tempo sobre o que é passado, mas quero deixar bem claro, que não fui surpreendida por este acto de renúncia, pelo que limito hoje a registar a desistência e o abandono do Dr. Carlos Encarnação

É certo, que uma relação de amor exige fidelidade e sacrifício e a ausência destas condições leva naturalmente à rotura.

Mas, quero agora olhar o futuro, e cumprimentar, o executivo renovado em especial, o novo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra Dr. João Paulo Barbosa de Melo. Não é fácil a tarefa que aceitou, sobretudo não podendo invocar o conforto de uma eleição personalizada, tenho a certeza que o faz, com o sentido de responsabilidade do dever e da lealdade que o caracterizam, demasiado ingrato, o fardo e o testemunho que lhe transmitem a 3 anos do fim da estafeta.

Desejo-lhes as maiores felicidades, a si e a toda sua equipa, Coimbra vem precisa, começa a ser insuportável a assistir à prostração de uma cidade sem esperança, sem ilusão e sem rumo.

Ao contrário do que eu poderia antecipar as minhas funções enquanto deputada municipal, não me têm permitido colaborar na ponderação das melhores opções e estratégias para o desenvolvimento da cidade onde vivo.

Ao longo deste primeiro ano de actividade, confesso que ainda usei alimentar a expectativa de que tal poderia vir a acontecer, mas já percebi que não é possível no actual quadro de competências e de gestão autárquica reactiva.

Tenho por isso participado nos trabalhos da Assembleia Municipal com uma crescente frustração consciente do que se espera do nosso contributo é simples pronuncia face a matéria decididas tantas vezes apressadamente preparadas e submetidas em estrito cumprimento da lei.

A solução é por isso manter a expectativa de uma oportunidade para fazer diferente e procurar respeitar os compromissos para com os cidadãos que me elegeram.

Outra seria tantas vezes a minha vontade, como estou certa a de tantos outros cidadãos deste País, aos quais não é possível simplesmente bater com a porta.

Mas, aproveito a mudança e o ensejo para reclamar mais e melhor por parte do executivo responsável pela gestão da Câmara Municipal de Coimbra. A própria organização de estrutura carece de reflexão, é preciso que também a estrutura incorpore e materialize os novos desidratos das urbes modernas, da inovação, do

empreendedorismo, da energia, da eficiência, da rede social e do desenvolvimento sustentável. Quem são estes interlocutores no executivo de Coimbra, sejamos usados e construamos com os agentes económicos e sociais com parecerias do conhecimento, uma gestão autárquica inovadora e capaz de fazer a diferença. É preciso identificar onde estão as lacunas processuais, onde estão as fragilidades dos recursos humanos e sua gestão, onde estão as eficiências que não permitem uma actuação célebre, justa e eficaz. É urgente debelar a inoperância e a incompetência, é preciso corrigir as vicissitudes e as incongruências, é preciso incentivar e motivar os funcionários em tempos de particular frustração e incertíssimo. É preciso uma política de proximidade e humanidade, no momento em que todos precisamos de todos e não somos muitos.

Chegamos ao final de 2010, com a angústia contida num cenário que antecipa um ano difícil para todos os portugueses. Preocupa-me muito e sei que nos preocupa a todos a situação de dificuldade e pobreza que temos muitos cidadãos no concelho de Coimbra e a perspectiva de virmos a enfrentar um número crescente de situações de necessidade.

Terá que assumir esta autarquia um papel fundamental na resposta aos problemas actuais e emergentes.

Ao desejar a todos os membros da Assembleia Municipal de Coimbra um bom ano de 2011, expresse um voto de reforçado e dedicado incentivo ao actual executivo da Câmara Municipal de Coimbra.

O ano de 2011 será também o ano internacional da floresta, que assim seja."

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

"Eu tinha, não tinha, digamos assim, a certeza do que se iria passar nesta Assembleia. Porque a imprevisibilidade dos últimos tempos, tem-me levado a não preparar propriamente uma espera, definitiva ao que se pode passar.

Mas, em boa verdade, o que hoje aqui aconteceu, estava dentro daquilo que nós poderíamos entender que acontecesse.

A Dra. Helena Freitas, não me leve a mal que lhe diga, fez aqui um discurso que, eu entendo como um discurso de candidatura à Câmara Municipal de Coimbra nas próximas eleições.

É um assunto que o Partido Socialista terá que resolver com os independentes. Mas, é um assunto que a partir de hoje, está em cima da mesa. Como a política é tão imprevisível.

O Dr. Ferreira da Silva, fez aqui um discurso que eu subscreveria, tirasse ele o corolário lógico do discurso que era este governo é uma nódoa e tem que sair. Não tirou o corolário, mas nós percebemos que esse é também um objectivo seu, e por isso terá que dizer dentro do seu partido aquilo que diz aqui, mas aquilo que eventualmente não dirá nos jornais.

Porque, o que foi dito nos jornais nos últimos tempos acerca do Dr. Carlos Encarnação e acerca desta Câmara, obriga-nos, por questões de carácter e por questões políticas a repeti-las aqui.

Porque há três formas de estar nesta Assembleia, ou se é cobarde, e por cobardia se foge e não se diz aquilo que já se disse nos jornais, ou não se fala no assunto e trata-se de uma questão de hipocrisia, ou então por meras questões de esquecimento momentâneo, que julgo que foi o que se passou.

Porque o que foi dito nos últimos dias, não foi o que disseram aqui, foi muito mais grave, muito mais acutilante visa questões de carácter.

Mas nós registamos o que aqui foi dito, e é isso que nos interessa aqui. Não vou comentar nem notícias dos jornais, nem afirmações em jornais, só me interessa efectivamente o que aqui foi dito e portanto, entre nada e o que foi dito não vai distância nenhuma e assim me mantereí calado sobre o assunto.

A verdade é que há um novo ciclo, imprevisível também, mas há um novo ciclo que começa hoje ou que começou um dia destes. É um ciclo em que nós temos uma esperança redobrada. Redobrada porque temos um caminho longo a percorrer, porque acreditamos nas pessoas que vão executar este novo ciclo, e também, porque apostamos, neste momento, nestas pessoas para cumprirem um programa que nós queremos ver cumprido.

Só pode falar em prostração hoje, quem não tem memória. Coimbra vivia antes de nós virmos para aqui, numa prostração aflitiva, a andar para trás. Essa prostração, nós não queremos ver.

Nós vamos levar até ao fim um programa, um projecto, vamos concluí-lo e nós hoje estamos aqui para dizer exactamente isso. Estamos com redobrada energia porque as críticas que nos fizeram nos últimos dias, e que fizeram a companheiros nossos nesta viagem longa de 9 anos, obriga-nos e responsabiliza-nos muito mais, hoje.

Nós estamos preparados para trabalhar por Coimbra, com dedicação, com empenho, sem sectarismos. Coimbra não é de um partido, nem é de uma coligação, é de toda a gente e por isso, muitas vezes nós pedimos a colaboração de todos. Coimbra não tem só uma cor é de todos, e é com todos que nós queremos trabalhar, sem excepções, nas divergências mas, na certeza de que nos une é muito mais importante do que aquilo que nos separa ou nos divide.

Finalmente dizer-vos que, eu pessoalmente e enquanto líder da bancada da Coligação "Por Coimbra" e em nome da bancada damos um voto de confiança ao actual Presidente da Câmara e damos um voto de estímulo e de incentivo e de certeza de que tem gente atrás de si, para o ajudar a cumprir fielmente este trabalho, esta empreitada a que se propôs.

Estamos com ele para as dificuldades, não esquecemos o passado, temos memória mas, queremos olhar o futuro.

Mas há um tempo em que não queremos mais falar no passado, porque o que nos interessa é falar e construir o futuro. Nós estamos aqui, para construir o futuro, mais, do que falar do passado.

Espero que todos, porque sabemos que todos os conimbricenses nos acompanham neste desejo que é, que o Executivo da Câmara tenha êxito.

Porque tendo êxito, Coimbra será naturalmente melhor."

Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS):

"Primeiro quero dar os parabéns à Dra. Helena Freitas que pelo o seu discurso tão simples e cordial, conseguiu agitar as hostes pelo lado do PSD. E senão reparem numa coisa:

Eu cheguei à sala primeiro que o Dr. Maló de Abreu. Dirigi-me directamente à Mesa para assinar a presença e me inscrever; mas o Dr. Maló de Abreu que estava sentado ao meu lado, apareceu à minha frente e logo após a intervenção da Dra. Helena Freitas. Isto é a mais pura verdade. É só um momento de apaziguamento.

Sr. Presidente da Câmara quero felicitá-lo e desejar-lhe os maiores êxitos para Coimbra, porque é isso que nós todos queremos.

Agora vou falar essencialmente de um assunto, que foi aprovado à relativamente pouco tempo pela Câmara de Coimbra. O alargamento do perímetro urbano da Cidade de Coimbra.

Isto tudo, a despeito da manutenção do título da cidade média. Não sei que benefícios eventualmente isto trará à Cidade, confesso que pesquisei na legislação e não encontrei grandes benefícios, mas também não conhecerei a legislação tão profundamente quanto isso, para os encontrar.

Mas aquilo que me trás aqui, é dizer o que me vai na alma. Ceira com esta aprovação desapareceu, deixou de existir.

O seu historial que tanto nos orgulhava, que se remonta aos tempos dos Romanos, onde era conhecida por Celium que teve um floral atribuído pelo Rei D. Manuel I, mas que é também conhecida pelo seu potencial social e cultural e que levou o saudoso e conceituado jornalista João Bravo a escrever no “Jornal de Notícias”, com o título “Ceira Transborda de Cultura!” e a Dra. Teresa Portugal no exercício das suas funções de vereadora da Cultura, disse também em determinada altura, Ceira rivaliza com a Cidade de Coimbra. Bem sei que temos que respeitar as devidas proporções, mas Ceira digo foi anexada por Coimbra. Deixei de ser ceirense, passei a ser coimbrinha, ninguém me perguntou se eu queria, ninguém levou esta discussão sequer à Assembleia de Freguesia de Ceira, não sei mesmo se o senhor Presidente da Freguesia de Ceira, soube ou sabe desta deliberação. É como se o Porto anexasse Gaia ou Espanha anexasse Portugal sem conhecimento dos anexados. Isto para mim não é democracia, não é liberdade, eu não posso aceitar decisões deste tipo, nem que seja o único a dizer não!

Outro assunto que gostaria de falar, motivados pelas medidas de austeridade impostas pelo PEC pelo orçamento de Estado, muitas Câmaras Municipais vieram ao terreiro dizer que, a fome era uma realidade. Que alastrava a todos os sectores da sociedade, e era muito sentida nas escolas, onde muitas crianças só dispunham da refeição servida pela Autarquia e subsidiada pelo Estado.

Não contestando, de todo, esta opinião até pelo melindre que isso implica, lamento mas, e até regozijo-me porque em Coimbra a situação não é tão grave como foi inicialmente anunciada e as medidas tomadas foram, de facto, reduzidas. No entanto, lamento que esta Câmaras Municipais estejam a fazer o aproveitamento político das grandes dificuldades de uma boa parte da população portuguesa. Penso que não fica bem e não está bem.

Mas estava a falar neste assunto para fazer uma proposta.

Que a partir das próximas férias, a Câmara Municipal de Coimbramantenha os apoios às crianças consideradas carenciadas, também durante o período das férias, é uma forma de através das é uma forma através das instituições que estão no terreno sejam elas as IPSS ou outras, nós continuarmos a garantir também dentro do período de férias que há pelo menos uma refeição para essas crianças carenciadas.

Penso que isso seria fundamental é uma proposta que deixo para análise do Senhor Presidente da Câmara.

Para finalizar queria falar num assunto que não estava previsto, mas fico sempre muito indignado quando se acusa alguém que não está presente para se defender.

O Presidente de Junta de Almalaguês falou aqui de um assunto relacionado com a EB2/3 de Ceira, eu sei que esta luta entre o público e o privado é terrível, eu já

estive nessa luta, eu lutei por uma escola pública em Ceira e felizmente que se conseguiu. Nesse tempo, eu disse que o Presidente de Almalaguês Alberto Costa que ele fez o melhor para a sua terra, não conseguiu a pública porque essa ficava em Ceira e conseguiu uma privada.

Não te levo a mal por defenderes a privada de Almalaguês, o que levo a mal é que não conheças o projecto, não conheças como esses prémios foram atribuídos e venhas aqui fazer as críticas que fizeste. As informações que tenho é que foram atribuídos na EB2/3 de Ceira os prémios aos melhores alunos, evidentemente que entre esses não estava nenhum de Almalaguês, também porque são poucos os que frequentam a escola de Ceira. Efectivamente há alguns alunos que são da freguesia de Almalaguês, mas são poucos.

Em relação às escolas básicas do 1º ciclo, fiz parte até ao ano passado da Associação de Pais da EB2/3 de Ceira e sei essa informação. Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesias, é que questionaram os professores das suas escolas do 1º ciclo sobre quais eram os melhores alunos nessas escolas e eles directamente atribuíram esse prémio a essas crianças e que de facto foram entregues no mesmo dia.

Há mais dois Presidentes de Junta de Freguesia que podem confirmar isto que estou a dizer e falei sobre este assunto, porque não estava aqui ninguém presente do Agrupamento da escola EB2/3 de Ceira para se defender das críticas que foram feitas."

Intervenção do deputado municipal Mário António (PS):

"Começo por reiterar os cumprimentos e as saudações que foram feitas.

Só duas pequenas considerações.

Queria complementar a brilhante exposição do senhor Presidente da Junta Carlos Clemente já que ele fez uma excelente exposição teórica sobre a questão da bancada. Eu apresento isso com um exercício prático com a minha dificuldade em estar aqui, se repararem não me posso mexer.

E portanto, pedia ao Senhor Presidente que visse esta situação, gosto de calor humano, mas tanto também não.

Depois para responder à questão que foi aqui levantada pela bancada da CDU, em relação ao Metro e à entrega de cartões. Só para dizer e sublinhar que no PS não há delite de opinião, nós podemos manifestar as nossas opiniões, as nossas posições e não ficamos em lista de espera para sermos expulsos."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Cernache:

"Estando aqui hoje representantes de uma das maiores instituições da minha Freguesia que é o CAIC, não podia deixar de vir aqui manifestar a minha solidariedade para com eles.

Estão preocupados com as medidas que o Governo implementou para o ensino privado, esta também é uma preocupação que tenho porque fica situado na freguesia de Cernache.

Este colégio, ao contrário de outros, embora cumpre as regras porque está a menos de 4 km de uma escola pública é um Colégio que há mais de 30 anos está ao serviço de uma educação de excelência, antes de ser subsidiado já o fazia gratuitamente. Por isso, esta freguesia tem que demonstrar todo o apoio e solidariedade ao CAIC que sendo uma instituição de ensino privado presta serviço de qualidade à população, não só em ensino como também em solidariedade este colégio contribui tendo as

suas portas abertas para o que a população de Cernache precisar. Ao contrário de outros colégios, de facto é uma excepção.

Por tudo isto, a Junta de Freguesia apela aqui ao Presidente da Câmara e da Assembleia que tenham isto em conta, até porque são 800 alunos, 100 trabalhadores, mas também é uma economia local que vive à base do CAIC.

Penso que todos os representantes aqui presente do CAIC sabem que podem contar com a solidariedade da Junta de Freguesia e espero que esta Assembleia tenha uma palavra a dizer e que se faça alguma coisa."

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia disse que a Câmara tinha pedido a retirado do ponto 5 da Ordem de trabalhos e pedido para incluir outro assunto:

Proposta para atribuição da Medalha de Ouro da Cidade a Sansão Coelho

Tendo sido previamente distribuído por todos os deputados, foi colocado à votação, tendo sido deliberado por unanimidade e aclamação, aprovar a **atribuição da Medalha de Ouro da Cidade a Sansão Coelho.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Seguidamente foi colocada à votação a proposta para atribuição da Medalha de Ouro da Cidade ao Instituto Pedro Nunes apresentada pelo deputado André Oliveira e que atrás está transcrita.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e aclamação, aprovar a **atribuição da Medalha de Ouro da Cidade ao Instituto Pedro Nunes.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

O Presidente da Mesa de seguida colocou à votação as duas moções apresentadas sobre o Metro.

Em primeiro a Moção apresentada pelo Partido Socialista.

Neste momento, alguns elementos da Assembleia disseram que não a tinham, tendo o Presidente da Assembleia lido para conhecimento de todos.

A deputada Margarida Fonseca antes do documento ser votado disse o seguinte:

O problema está em que o documento que está em causa é demasiado extenso para podermos reflectir assim, ou seja a bancada do PS deveria ter o cuidado até pelo o documento que é extenso, tem um conjunto de pressupostos e de princípios, deveria ter entregue atempadamente às diversas bancadas para podermos lê-las com atenção. Estão aí coisas que nós concordamos e outras que poderiam ser revistas.

Tem o direito de ser votado, e pela dignidade desta Assembleia deveria ser entregue atempadamente."

Posta à votação a mesma obteve o seguinte resultado:

-22 votos a favor

-25 votos contra

-7 abstenções

A Moção sobre o Metro Mondego apresentada pelo PS foi reprovada.

Declaração de voto do deputado Maló de Abreu:

"Sendo uma proposta que poderia ser discutida, poderia ser conversada e eventualmente poderíamos chegar a acordo sobre ela, V. Ex^{as} não o quiseram fazê-

lo, a forma como apresentaram a proposta a forma como a impediram, impediram que se fizesse uma discussão sobre ela, é que de facto, não quiseram que ela fosse aprovada. E o que eu desconfio efectivamente tudo o que dizem na proposta não acreditam no que dizem na proposta.

Porque uma proposta com extensão que esta tem, com a profundidade que esta tem e que não admitem uma discussão prévia de uma proposta destas é porque não querem que ela seja aprovada.

Mais do que isso, quem apresenta uma proposta destas, já o disse, tem que ir até às últimas consequências. Na basta numa Assembleia apresentar uma proposta com a gravidade com que esta é apresentada e internamente nas estruturas a que pertencem do vosso partido não tomarem as ilações devidas a uma proposta que apresentam numa Assembleia Municipal.

Uma Assembleia Municipal é demasiadamente importante, para se poder apresentar uma proposta que represente tão só, a espuma da política, esta proposta não pode ser a espuma da política.

Em termos pessoais, queria, também, se me permite e para terminar dirigir-me ao senhor Professor Álvaro Seco e dizer-lhe que, apesar de eventuais divergências que possamos ter, e quem não tem? acho que cumpriu com muita dignidade as funções que desempenhou até à bem pouco tempo e só em termos pessoais, dizer-lhe que foi com muita dignidade que o vi demitir-se das funções que exercia. E só em termos pessoais, dizer que lamento que outros não sigam as suas pisadas, porque o Projecto Metro, o Eléctrico Ligeiro de Superfície, ou o Metro Ligeiro de Superfície ou Metro Mondego, com este Governo morreu! E só está lá quem sequer manter na política de forma que não me parece digna."

Declaração de Voto Margarida Fonseca

"Subscrevo parte do que disse o Dr. Maló de Abreu.

O que levou a bancada da CDU a abster-se em relação a este documento, é que realmente este documento é extenso e pelo que eu ouvi, é um documento que merecia ser discutido, e ouvir não é a mesma coisa que ler.

É um documento que deve ser devidamente analisado pelas bancadas; e da mesma forma que o PS, para a atribuição da medalha ao Instituto Pedro Nunes distribuiu o documento, tinha muito mais lógica e coerência que entregasse um documento desta importância.

O nosso sentido de voto da abstenção é que daquilo que conseguimos apanhar da mensagem que o Presidente da Assembleia leu do texto, há coisas com as quais concordamos, e outras nem por isso.

Um documento dessa natureza se tivesse seriedade e o objectivo final fosse ser concretizado tinha de ser discutido e analisado de outra forma, porque para nós e só do que captei esse faseamento de 3 anos, acho que as populações que são servidas pelo Ramal da Lousã, precisam que no imediato tenham pelo menos como aqui foi dito, seja repostos aquilo que tiveram há uns meses atrás.

Portanto um documento desta natureza tinha que ser entregue às diversas bancadas, se isto é sério é para ser levado com seriedade."

Declaração de Voto Serafim Duarte

O sentido de voto do Bloco de Esquerda foi favorável à moção, por uma razão muito simples.

Para nós independentemente de alguma discordância pontual em alguns aspectos o interesse da Cidade e de algumas populações desta área territorial estão acima neste momento de qualquer divergência pontual acerca daquilo que é o essencial da questão e por isso votamos a favor.

No entanto queremos registar, como já disse na minha intervenção, que se trata aqui de uma profunda congruência e falta de coerência da parte do PS.

Quando regista aí a possibilidade de faseamento de 3anos e portanto a dotação de 25 milhões de euros para que isso fosse possível, foi justamente na minha intervenção disse que foi esse o sentido de voto do Dr. José Manuel Pureza no Parlamento, dotar a REFER com os 25 milhões, era esse o objectivo para que as obras não parassem e viabilizassem a continuação; e o PS votou contra.

Não há uma forma de estar! Ou se está dentro ou se está fora.

Isto é uma coisa gravíssima, Coimbra e a Região foi mal tratada, arrogantemente desprezada, há que fazer algo mais do que um mero abaixo-assinado e uma mera tomada de posição da Assembleia.

Já há propostas feitas pelos autarcas da região de Miranda do Corvo e Lousã, de marcha lenta na auto-estrada do norte, de boicote às eleições, não me vou pronunciar sobre isso, mas o que eu creio é extremamente importante e necessário que Coimbra e a região dê sinal forte que não seja só mera retórica para sair nos jornais.

Temos de se unir todos independentemente dos partidos e dos interesses em função daquilo que são os verdadeiros interesses da população desta região."

Declaração de voto Helena Freitas:

"Este, não foi um processo elaborado por mim, mas que o acompanhei com toda a convicção e empenho. Portanto, não admito que possa aqui posta em causa essa minha determinação de trazer a esta Assembleia o processo que trouxemos.

Agora reconheço que, de facto tendo em conta a complexidade e dimensão do documento que teria sido importante tê-lo metido à apreciação mesmo que hoje.

Nesse sentido, peço desculpa em nome da bancada do Partido Socialista, por essa lacuna processual que, de facto justificará eventualmente a votação das bancadas dos diferentes partidos.

Mas, não quero que fiquem dúvidas, sobre o empenho que tivemos, e em meu nome pessoal neste processo. A complexidade do mesmo e a profundidade do documento tem a ver com a sua natureza técnica, propositadamente ele poderia de facto ter sido demagógico, simplificado e até poderiam ter sido retiradas as suas valências técnicas. Propositadamente não foram, ele tem esta dimensão, tem esta profundidade intencionalmente. Entendemos que a matéria é de tal relevância que a única atitude que poderemos ter é uma atitude séria tecnicamente bem fundamentada e sobretudo recorrendo neste caso temos connosco o Prof. Álvaro Seco que julgo que toda a gente reconhecerá como sendo um grande defensor de toda esta dinâmica do Metro e certamente que se envolveu pessoalmente com toda a seriedade neste processo.

Portanto, a minha intervenção é neste sentido, de lamentar mas compreender enfim que a decisão possa resultar dessa nossa falha, mas, gostava de dizer, que talvez não tenham entendido bem a para final que o Prof. Manuel Porto leu, mas a nossa intenção aqui era também, solicitar uma Assembleia Municipal extraordinária onde aí teríamos todos a oportunidade, isto é sobretudo uma recomendação de características técnicas, no sentido de viabilizar o projecto Metro Mondego.

Entendemos que a proposta que é feita o pode viabilizar, pode evitar que ele de facto, morra como parece ser a intenção do Governo Central, mas tínhamos previsto fazer, uma Assembleia Municipal extraordinária e fazê-la coincidir até com a discussão da Assembleia da República no sentido de podermos reforçar essa intervenção.

E por isso, pensamos sempre, que poderíamos reservar um momento de entendimento e de consenso para essa altura.

A minha intervenção era nesse sentido lamentar que não tenha havido entendimento, mas espero que ainda possamos voltar a falar neste assunto e voltar a apresentar esta proposta, devo dizer que é uma proposta que até o próprio Partido Socialista fez ao Governo no sentido de viabilizar o Projecto Metro Mondego."

Intervenção do deputado Ferreira da Silva:

"Sr. Presidente, esta proposta foi feita por Coimbra, nada ela tinha e tem de política. Coimbra está bem acima da espuma da política.

Não foi assim que os deputados aqui presentes entenderam.

Quis escrever-me em primeiro lugar para apresentar esta proposta, propositadamente. Foi o terceiro porque já havia duas intervenções. Também propositadamente esta proposta não está por mim assinada, nem por qualquer membro do Partido Socialista. É que o Partido Socialista não queria aproveitar-se dela, o Partido Socialista está aqui nisto acima da política, o Partido Socialista está por Coimbra, quer o metro Mondego, quem votou contra a moção, peço um apela á sua consciência porque penso que votaram contra Coimbra.

Faço aqui um convite sobretudo à maioria "Por Coimbra" é que eu leio do orçamento que o PSD e a maioria não querem, o Metro de Coimbra deixou cair o Metro Coimbra. Eu traduzo essa sua exclusiva vontade no que está omissa, no que está escrito, ou melhor o que não está escrito, nas Grandes Opções do Plano apresentadas pela Maioria, a qual passo a ler:

Na pág. 25 do Orçamento, "no âmbito dos programas 02 00 08 Eléctrico Rápido de Superfície, Metro Lligeiro do Mondego - zero. NADA!"

Quando foi aqui apresentada a proposta, foi deixada na Mesa, por ela não ser liderada pelo Partido Socialista, mas sim liderada pela mesa, como diz a proposta na sua parte final ela é conjunta de todos não era minha nem do Partido Socialista. Ela era sim por Coimbra e por todos os deputados municipais.

Por isso mesmo, ela não está assinada, e renovo o convite ao PSD, que proponham alguma coisa por Coimbra no sentido de salvar e viabilizar o Metro para Coimbra."

Intervenção do deputado Maló de Abreu:

Sr. Presidente da Mesa, depois da intervenção da Dra. Helena Freitas, nós pensamos que as coisas tinham voltado ao princípio, que era possível no futuro pensarmos nisto, num futuro breve. Mas depois da intervenção do Dr. Ferreira da Silva tudo voltou exactamente ao que eu tinha dito.

Penso que esta questão do metro é uma questão de Coimbra, nós já disse-mos várias vezes não quer fazer muito mais política sobre isto. Acho inclusivamente que a Assembleia Municipal de Coimbra deve liderar este processo, sob pena de, outros o fazerem e fazerem mal e fazerem pior.

Portanto nós estamos disponíveis, para neste fórum no lugar próprio discutirmos isto com seriedade com elevação e preparamos os combates que devem ser feitos. Porque nós queremos o Metro, e acredito sinceramente que vocês seriamente querem o

metro. Portanto, julgo que é possível que nós todos, possamos encontrar uma plataforma comum de atendimento e mobilizar as forças vivas da região para o Metro em Coimbra.

Portanto, estamos disponíveis para tudo, sendo certo que votamos contra pelos motivos a que já aludimos, não foi discutida, havia um conjunto de pontos que mereciam reflexão, portanto numa próxima oportunidade, agendemos o assunto e vamos tratar do assunto e vamos enfrentar, e assumir de facto este assunto como nosso."

Intervenção do deputado Moisés Geraldés:

"A minha declaração de voto é corroborante com aquilo que disse o líder da minha bancada.

A minha intervenção é mais no sentido de me dirigir ao senhor Presidente da Assembleia.

Naturalmente, aparecem aqui muitas moções, propostas ou eventuais recomendações para serem discutidas. A questão, independentemente da importância das mesmas, e não tenham dúvidas de que nós estamos empenhados na questão do Metro, o problema, tanto em relação a esta proposta como em relação a outras que surgem nesta Assembleia, é que aparecem sempre à última da hora. Nós não temos possibilidades de as analisar, de as discutir.

Eu já tinha feito uma proposta em sede de reunião de revisão do nosso Regimento que estes tipos de propostas deveriam ser apresentadas pelo menos com 24 ou 48 horas de antecedência, para nós podermos ponderar, amadurecer, inclusivamente aproveitar o sentido positivo de muitas das propostas. Aliás, propostas que tem origem de todas as bancadas, e isto, resolve-se através em primeira-mão de uma reunião dos respectivos grupos municipais. Depois de preparar e de analisar a situação o problema vem à Assembleia Municipal.

Deixava este repto ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que é fundamental, que nós não podemos perder aqui exactamente o sentido positivo e a boa fé e o entusiasmo e acima de tudo a perspectiva dar condições para que Coimbra fique em condições melhores em relação aquilo que aqui se perde, muitas vezes votamos contra por não termos possibilidade de analisar.

Deixo aqui este repto para que futuramente este tipo de proposta seja apresentado com antecedência."

Intervenção da deputada Helena Freitas:

"Reconheço todos os argumentos e penso que é pertinente, de facto o lapso foi nosso, penso que não devemos perder a oportunidade da Assembleia extraordinária em sintonia com a petição na Assembleia da República. Portanto proponho que se vote, não propriamente digamos a moção, ou o documento no seu conjunto, proponho que se vote apenas a possibilidade de se realizar uma Assembleia Municipal extraordinária no mesmo dia em que estará prevista a discussão da petição da Assembleia da República."

O Presidente da Assembleia Mesa Prof. Manuel Porto sobre o mesmo assunto disse:

"Eu devo dizer que não estava quando foi apresentada a proposta à Mesa, como viram eu entrei mais tarde, e pensava que tinha sido distribuída. Pergunto se quando apresentou a proposta não a distribuiu.

Mas não me coibo de dizer que, não concordo consigo quando diz que a proposta não é política, porque tem aqui um passo que diz que: *o Metro Mondego, é assim hoje um problema de honestidade pública, de ética, de credibilidade do Estado*. Eu espero que a proposta a aprovarmos tenha isto reforçado porque isto é uma vergonha. É uma vergonha o que se está a passar com Coimbra. Eu votei a favor esta proposta.

Relativamente à Moção sobre o **Metro Mondego** apresentado pelo Presidente da Junta de Almalaguês gerou alguma controvérsia entre os deputados municipais que entraram em dialogo e sem gravação.

Posta à votação foi a mesma aprovada com 52 votos a favor e 2 votos contra.

Declaração de voto de Jorge Lemos

"O meu voto contra é contra a Moção, não contra o Metro Mondego, porque esta moção não teve o mesmo tratamento que teve a primeira moção que foi apresentada."

Declaração de voto de Horácio Santiago

"O meu voto contra é essencialmente por isto:

Aquilo que fizemos foi votar contra o Metro Mondego. E desde a primeira hora que sou a favor do Metro Mondego e portanto não poderia votar uma moção que era contra o Metro Mondego.

Aquilo que a moção diz é voltar atrás, e ninguém pode acreditar nisso também, mas é, voltar atrás, pôr os carris, pôr as automotoras, se alguém acredita nisso, estamos sobretudo a ver as coisas por baixo, nós temos que subir o nível, temos que exigir porque o metropolitano era a revolução para Coimbra é uma obra muito importante para Coimbra."

Seguidamente o Presidente da Mesa colocou à votação o **voto de pesar ao Prof. Aníbal de Castro**, atrás proposto.

Proposta provada por unanimidade.

Foi também posta à votação a proposta para uma Assembleia Municipal Extraordinária que ficaria agendada para Janeiro de 2011.

Proposta aprovada por unanimidade.

Ordem do Dia

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:

Senhor Presidente

Senhores Deputados Municipais

Senhoras e Senhores

É esta a primeira vez em que me dirijo a esta Assembleia na condição de Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, depois de quase oito anos em que estive desse lado da sala e pouco mais de um ano passado deste lado da sala, em funções de Vereador.

Deixem-me começar por vos referir que me sinto muito honrado com a possibilidade de continuar a servir esta cidade, e este concelho agora com responsabilidades acrescidas, e que tudo farei para manter e, se possível, reforçar a dignidade do cargo, contribuindo para o funcionamento aberto e participado dos órgãos

municipais, fiel a esta tradição coimbrã de civismo, de tolerância e de lealdade na luta política em que — tal como a maior parte dos que estão nesta Assembleia — eu próprio cresci e me formei.

Há pouco mais de um ano, aceitei o desafio que a coligação “Por Coimbra” e o Dr. Carlos Encarnação me propuseram de integrar a lista de candidatos à Câmara Municipal de Coimbra na segunda posição.

Aceitei por estar convencido de que podia ser útil à minha cidade e à minha região, contribuindo para o projecto de mudança do nosso município iniciado no final de 2001.

Aceitei por acreditar no caminho traçado para consolidar Coimbra como terceiro espaço metropolitano do País, como pólo essencial no equilíbrio e na mobilização de uma grande Região das Beiras.

Aceitei por reconhecer que podia ser útil na consolidação de Coimbra como “Cidade do Conhecimento”, numa Coimbra com uma economia moderna e vibrante, com uma produção cultural rica e diversificada, numa Coimbra atractiva para educar e criar os filhos, numa Coimbra mais solidária, mais saudável e mais cosmopolita, numa Coimbra gerida com mais inteligência e com mais respeito pelo meio ambiente...

Desde sempre encarei a minha participação no projecto “Por Coimbra” como forma de servir os meus concidadãos, numa continuidade criativa o passado, e foi esse o espírito com que entrei, em 2009, no segundo lugar da lista para a Câmara Municipal, exactamente o mesmo espírito com que, em 2001 e 2005, tinha entrado nas listas da Assembleia Municipal, em posições que nunca discuti nem reivindiquei.

Quiseram os eleitores que a coligação “Por Coimbra” vencesse as eleições de Outubro de 2009 e, por isso, assumi, a 5 de Novembro, o lugar de Vereador na Câmara Municipal de Coimbra, preparado para um mandato de quatro anos a trabalhar com afinco nas funções que me fossem confiadas pela Câmara e pelo seu Presidente. Assim fiz durante o pouco mais de um ano que entretanto decorreu.

Por razões que são do conhecimento público, o cabeça de lista “Por Coimbra” renunciou ao seu mandato, a 18 de Dezembro passado, entendendo não estar em condições para continuar a assegurar a liderança deste projecto. Não me compete comentar as razões da renúncia mas não posso deixar de aqui saudar o Sr. Dr. Carlos Encarnação, homem íntegro que dedicou tantos anos da sua vida a bater-se pela sua Coimbra e a quem a sua Coimbra sempre lembrará com a gratidão e o reconhecimento que são devidos a quem tão elevadamente a serviu como o Sr. Dr. Carlos Encarnação.

Na sequência da renúncia, cumprindo as regras que o nosso Estado de Direito estabelece para situações como esta, compete ao que vai a seguir na lista agarrar no testemunho e seguir o caminho colectivo traçado no Programa sufragado pelo povo.

Lembro que, na nossa democracia local, a possibilidade de alguém renunciar ao seu mandato está sempre em aberto, e quem ocupa os lugares seguintes de uma lista autárquica não ignora que tem de estar, a todo o momento, pronto para assumir outras responsabilidades. Assim, no estrito respeito pelas regras, passou a ser a mim, a partir desse momento, que cabe a missão de liderar a Câmara.

Servir o Município no exercício da função de Presidente da sua Câmara foi coisa para a qual a minha vida profissional, académica e associativa me foi dando lastro e que admiti que pudesse acontecer um pouco mais adiante. No entanto, o destino às vezes coloca-nos perante desafios que temos o dever de agarrar, com determinação e coragem.

Assumi, portanto, as minhas novas funções, acreditando estar preparado para isso, e ciente de que conto com o apoio de uma Senhora Vice-Presidente que honra a nossa cidade e a nossa Universidade, bem como com uma equipa de vereadores no Executivo com uma enorme capacidade empreendedora e política. Sei também, ao fim de um ano que me permitiu conhecer bem a máquina camarária, que posso contar com a capacidade técnica e a qualidade do trabalho dos serviços camarários.

Da Assembleia Municipal de Coimbra e do seu Presidente, o Prof. Manuel Porto, sei, como sabem todos os conimbricenses, que continuará a honrar os seus pergaminhos de garante máximo da grandeza do debate político municipal. A expressão livre da diversidade de opiniões e o exercício da crítica construtiva são dois dos pilares essenciais da história desta Assembleia Municipal, mesmo em tempos menos livres e menos democráticos que os de hoje. É esse agulhão impulsor da crítica construtiva que todos, na renovada Equipa do Executivo, esperamos continuar a receber desta Assembleia.

Os próximos anos não vão ser fáceis e todos sabemos isso! A economia portuguesa atravessa enormes dificuldades e paira sobre o futuro uma enorme nuvem de incerteza e descrença.

No entanto, se é verdade que uma cidade precisa de “bom governo” em tempo de abundância, de muitos investimentos e grandes realizações, é nos tempos em que os recursos escasseiam, em que a economia se retrai e em que a esperança do povo esmorece, que o “bom governo” da cidade se torna ainda mais decisivo.

Em tempos assim, uma cidade como Coimbra, com tanto potencial económico ainda por explorar, com tanta força científica e cultural ainda por mobilizar, com tanta energia criativa e empreendedora ainda adormecida pode “dar o salto” e iluminar o caminho para toda uma Região. Vai ser um grande desafio batalhar para o conseguir mas o Município de Coimbra e a Região podem contar com a nossa equipa!

Ditas estas primeiras palavras, que tenho muita honra em proferir perante vós nesta circunstância, gostava ainda referir algumas das questões de algumas perguntas que foram aqui postas.

Começo por dizer o seguinte, as duas questões que foram trazidas no período antes da ordem do dia por pessoas exteriores a esta Assembleia, tocam em dois pontos muito importantes, para a competitividade do nosso território e por isso ambas me preocupam muito, a questão da fusão dos hospitais, porque como todos sabemos esta ancora económica da saúde é um pilar essencial da nossa economia, e tudo o que mexa nisto deve, digamos assim, pôr-nos sobre aviso.

Houve declarações da Sra. Ministra na ocasião que isto foi sabido, em que ela disse já está decidido depois vamos estudar. A Câmara Municipal de Coimbra ainda não conhece neste momento os estudos, que terão sido feitos porque o que me parece é mesmo para avançar. Mas evidentemente que vamos estar muito atentos, para ver até que ponto que uma coisa destas pode por em causa o tecido económico da nossa região. É uma preocupação muito importante em tempo de crise.

A questão do ensino particular e cooperativo, não se conhece o texto foi promulgado ontem, até há última hora ouve alterações, ainda ninguém sabe o que é. Aguardamos que nos chegue o texto final e evidentemente que também se há coisas em que Coimbra foi boa, sempre foi conhecida a nível nacional e internacionalmente foi pela qualidade e capacidade do seu sistema de ensino. Não é apenas pela Universidade ou pelo seu ensino superior. A qualidade do sistema de ensino do território faz-se a todos os níveis. Tudo aquilo que põe em causa qualquer um desses

níveis e medidas deste género podem por em causa, um dos níveis que é o básico e o secundário, o que quer que seja é preocupante para nós, porque põe em causa um aspecto fundamental também da nossa atractividade, nós somos atractivos porque somos bons nisso. Assim, que reconheçamos o texto, naturalmente fica aqui o compromisso com o Sr. Vereador que tem a responsabilidade directa da Educação de acompanhar este processo muito de perto sem deixar que, nenhuma das nossas escolas seja posta em causa.

A questão do Metro que acabamos de discutir, eu como pessoa de Coimbra, como qualquer um de nós, eu sinto-me insultado, pelo que tem acontecido, penso que isto é um insulto, apreciei uma parte das moções que foi aqui trazida, onde se dizia com muita clareza, e eu subscrevo inteiramente é uma vergonha que a decisão política ande por estes caminhos de se prometer uma coisa e depois se fazer outra. E diria que não contem comigo, porque não me revejo numa Coimbra, digamos de mãos estendidas nesta matéria. Andamos a pedinchar um tostões, não é assim que julgo que uma Cidade como Coimbra se deve posicionar, isto é vergonhoso, está a ser e vai ser mais anunciado, e naturalmente nós não podemos deixar que a decisão política em Portugal caía a este nível, temos de credibilizar a política do País.

Devo dizer a todos os deputados municipais, que tenho já marcado para a próxima semana uma reunião com os Presidentes de Câmaras da Lousã e Miranda do Corvo exactamente para discutirmos esta questão e para no fundo tentarmos ver quais são os pontos comuns, naturalmente que haverá divergências, vamos ver quais são os pontos comuns e fundamentais nos quais nos deveremos debater. Logo a seguir já está acertada entre nós que faremos uma reunião conjunta com os Presidentes das Assembleias Municipais e representantes dos diferentes grupos dos diferentes municípios, porque queremos que seja uma questão totalmente partidária supra partidária, assim contam todos com o meu empenhamento neste processo a partir da próxima semana e penso eu que terei novidades para dar a toda a Assembleia.

Outras questões que foram posta e não queria deixar de as abordar.

O Conselho Municipal de Educação, fica aqui o compromisso a próxima sessão ordinária da Assembleia é em Abril muito certamente antes disso terá sido realizada a reunião do Conselho Municipal de Educação que corresponde a uma estratégia que já estava definida com o vereador que passa a ter o pelouro da educação. Prof. João Orvalho. Ainda está numa fase inicial de consulta dos dossiês e terá de reunir com os vários intervenientes e vamos ter uma reunião muito em breve.

Outro assunto sobre os seguros municipais é evidente que se mantém os seguros. Os SMTUC optaram por uma coisa simples, uma vez que não é obrigado deixaram de ter seguro e assumem directamente todas as despesas relacionadas com qualquer incapacidade ao trabalho que surja de um acidente de trabalho. Foi uma opção dos SMTUC, já tem mais de um ano e até hoje não houve nenhum problema com nenhuma situação que acontecesse.

Uma pergunta que fizeram que custa 135€ para fazer uma vistoria, o nosso Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação das taxas, diz que sim, que custa. Mas quem não tem meios económicos para pagar uma vistoria, que não paga. Quem não tenha maneira de pagar pode pedir a isenção. Ninguém, deixa de ver esse assunto resolvido pelo facto da vistoria custar esse montante.

Por último, em relação ao perímetro urbano de Ceira, a Câmara de Coimbra não decidiu mudar o perímetro urbano, é apenas uma questão estatística e atenção, sempre daqui em diante, pela metodologia dos censos continuará a ser possível isolar exactamente o território que actualmente se chama Ceira e vai continuara

chamar-se Ceira, isso não está em causa nem está em causa nenhuma mudança do perímetro urbano. É apenas para efeitos de estatísticas que essa decisão foi tomada no executivo.

Julgo que, respondi a tudo, sobre a questão do Metro entrarei brevemente em contacto com o Presidente da Assembleia Municipal para acertarmos a estratégia a seguir nos próximos tempos. "

Aprovação de acta:

Previamente distribuída a minuta da acta da última Assembleia realizada a 6 de Outubro, foi a mesma aprovada.

O Presidente da Mesa colocou à discussão os dois pontos em conjunto.

Ponto 2 – Câmara Municipal de Coimbra-Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011:

Ponto 3 - Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra-Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011:

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

"Este gesto último, com uma sessão de palmas ao novo Presidente da Câmara é bem o contraste do que se passou anteriormente.

É uma sala pequena, mas se estivesse a ser televiscionada, não estamos a dignificar nada este Órgão.

O que se passou aqui hoje, nós temos que reflectir bem e mais uma vez, antes de virmos para aqui. As ausências enormes na sala e para além das ausências também que é fácil combater, a questão dos insultos, já só falta andamos, como na Tailândia, à pancada. Temos de começar a respeitar os outros, aceitar a opinião de cada um, isto é o mínimo que se pede.

Posto isto, e referindo aqui o Ex: Presidente Carlos Encarnação, é para dizer que foi muito, foi pouco, foi o possível, enquanto ele esteve à frente da Câmara e o que ele fez pela freguesia de Brasfemes. Tenho o dever, enquanto presidente de uma junta dizer aquilo que ele fez pela freguesia. Formulo-lhe aqui um desejo e gostava também de direccionar para o novo executivo, que não fossem feitos desvios em relação à postura do Presidente anterior. É que efectivamente a freguesia de Brasfemes tem projectos, e tem projectos com muitos anos de antecedência. Dou um exemplo está aqui um projecto já tem 8 anos e está agora novamente aqui mencionado nas Grandes Opções do Plano, este projecto foi executado no papel há 8 anos, e há 8 anos que vem sendo adiado por falta de verba.

Já fiz referência a esta obra (Pontão na estrada 587) ao vereador do pelouro Paulo Leitão, quando reuniu com os presidentes de junta para a estratégia do Plano, só estou a lembrar que é para não cair no esquecimento.

Outra questão, em Outubro, estive numa reunião interessante com o vereador Luís Previdência, sobre a célebre questão do brasão da Oval na Freguesia de Brasfemes. Quando reuni com ele já tinha um ano e um mês que se tinha começado a Oval, o que era da competência da Junta de freguesia foi feito, o que era dos espaços verdes, que é apenas fazer o brasão, e os materiais estão lá todos, por questões que não consigo perceber, o Sr. Vereador comprometeu-se em resolver e da parte dele espero que fique resolvido. Agora as pessoas que super entendem este trabalho teimam em não resolver isto. Em qualquer freguesia junto de Brasfemes todas tem a sua rotunda e foi fácil fazer não ouve problemas.

Na página 60 está aqui uma rubrica Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Brasfemes e de Coimbra. A pergunta que faço ao Sr. Presidente da Câmara, qual é a verba que é para os Bombeiros de Brasfemes e qual é que é para os Bombeiros de Coimbra?

Porque nós temos que subsidiar quem trabalha, as saídas querem dimensão na estrutura, por exemplo: número de corpo activo, números de acidentes nas estradas, número de fogos florestais, nós quando atribuímos subsídios para fazer um bom empenho temos que analisar esses dados. Já o disse e vou repetir, os bombeiros estão sediados em Brasfemes, mas não são bombeiros voluntários de Brasfemes, são bombeiros voluntários do concelho de Coimbra, do distrito de Coimbra e de Portugal. É bom que se faça justiça."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

"Venho aqui falar sobre as Grandes Opções do Plano, mas antes queria expor duas questões que já há longos anos, venho aqui levantar este problema, não é de hoje, não é deste Presidente de Câmara é de todos.

Aqueles que pensaram em mandar CD para nós analisarmos os documentos, é impossível Sr. Presidente da Câmara. Eu se quis analisar o documento vim aos serviços da Assembleia e pedi para me arranjamem um livro que é este, porque o CD no meu computador não dá, no meu e penso que muitos não o conseguiram abrir é uma vergonha nomeadamente na sua bancada em que eu sei que há CD inclusive em branco. Não é porque os serviços falhassem é porque não dá os computadores das juntas não são tão sofisticados a nível das grandes tecnologias. Queria solicitar a V. Ex^a. Até porque ouvi atentamente o seu discurso, que esta questão era importante que V. Ex^a. também comesse a alterar esta metodologia. Para quê? Porque pessoas como eu que gostam de discutir os documentos gostam de os ler, e com as inovações tecnológicas não lemos e depois chegamos aqui e levantamos o braço, uns porque tem o direito e o dever partidário, outros da oposição etc. etc. depois isto dá em confusão. Sugeria a V. Ex^a com um pouco de esforço e de custos obviamente que se comesse a distribuir novamente os livros a quem quisesse para esta matéria que é o meu caso.

Venho aqui com duas questões importantíssimas da Baixa de Coimbra.

Já o denunciei e venho aqui denuncia-lo novamente.

Dois prédios da Baixa de Coimbra, caíram na travessa das Canivetas, e na Rua Adelino Veiga, nas páginas 125e 126, o que encontrei nas Grandes Opções do Plano irrisoriamente uma coisa:

O Município de Coimbra comprometeu-se com os munícipes daquelas zonas envolventes, de levantar paredes e de recuperar o imóvel da Travessa das Canivetas que é pertença do município de Coimbra. Nas ditas páginas está definido, para o exercício de 2011, na dita rubrica está 10€, provavelmente dá para dois tijolos, e a mão-de-obra vou lá eu fazê-la, mas de pedreiro seu pouco.

Outro assunto é a celebre história, agradeço ao vereador Luís Previdência que fez duas desratizações no local, porque se não fosse os seus serviços prestados hoje tínhamos ali uma colónia de ratos. Mas ele e muito bem mandou duas vezes uma empresa do Norte, porque em Coimbra não há, fazer desratização do local.

Mas o que é que a Câmara fez, um taipal, pregado na parede do vizinho da frente, a janela do vizinho está em queda e qualquer dia em vez de um prédio temos dois. Não sei que política de habitação é esta? Não sei o que querem fazer da Baixa de

Coimbra! É evidente que os senhorios têm um processo fácil, deixar cair é o melhor remédio, o município de Coimbra tem esta postura.

Não vou votar contra as Grandes Opções do Plano, porque o senhor vereador Paulo Leitão, pela primeira vez, tivemos um vereador que reuniu ao pormenor primeiro com a delegação distrital de ANAFRE e depois com os Presidentes de Junta. Só por isso, e só pelo compromisso do Sr. Vereador que defendeu o Executivo, com o abalo do Sr. Presidente da Câmara em relação às Juntas de Freguesias me leva a não votar contra este documento, porque senão, por estas razões que aqui espelhei era bastante suficiente porque isto é um atentado quando os senhorios deixam cair é coimas sobre coimas, e fazer bem, ou à posse administrativa foi o caso que aconteceu na Rua Corpo de Deus concretamente no 47/49. Aqui no coração da Cidade temos um taipal a passar uma rua que se torna escura e com os dois prédios em queda.

Lamento Senhor Presidente mas tinha de o dizê-lo 10€ não dá para dois tijolos!

E depois para 2112 como estamos em ano de eleições autárquicas já temos 155 mil, só é burro quem quer, eu não."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Num contexto de crise económica e financeira, agravada pela voracidade dos grandes interesses especulativos, em nome do PEC – cozinhado por PS e PSD – impuseram-se cortes orçamentais significativos às autarquias. Coimbra perde qualquer coisa como 1,6 milhões de euros (8,59%) de verbas que deveriam se provenientes do FEF, do FSM e da comparticipação no IRS cobrado no nosso concelho.

Em face desta realidade, e ao analisarmos o Orçamento e as GOP que o executivo apresenta para 2011, os nossos piores receios confirmaram-se. A pretexto dos cortes orçamentais impostos pelo PEC, o executivo municipal expressa de forma bem clara as suas opções políticas, penalizando de forma brutal áreas de intervenção social que consideramos das mais prioritárias. De entre estas, desde logo destacamos a **educação** que sofre cortes graves, muito acima do que poderia recomendar qualquer política de contenção. Se não vejamos: no programa orçamental "Igualdade de Oportunidades para a Educação" que sofre um corte global de 16,83%, destacamos como particularmente grave e penalizador das crianças e famílias mais carenciadas, a redução de 31,1% na "Acção Social Escolar" em que o objectivo "Auxílios económicos ao 1.º CEB" sofre uma redução de 49,7%, passando de 206.800 em 2010, para 104.000 em 2011. Para "Materiais escolares de desgaste" a redução é de 98,5%, de 35.000 euros para uns míseros 512 euros, o que dá, em números redondos a quantia de 6 euros para cada uma das escolas do 1.ºCEB do município. Também a "Alimentação Escolar no 1. Ciclo sofre uma redução de 12,4% (menos 223.129 euros). Absolutamente paradigmático é o que se passa com o projecto "Regime de Fruta Escolar" para o qual o OE transfere uma verba de 54.000 euros e o município apenas consagra 31.200, o que para além de nos parecer ilegal, representa um corte de 48%. Também no programa "Actividades de apoio à Família" o serviço de refeições sofre um corte de 20,4% (163.849 euros).

E o que dizer do programa "Educação Pré-Escolar" que é globalmente esmagado com um corte de 83,7% (passando de 140.353 para apenas 22.931 euros), anulando qualquer hipótese de beneficiação de Jardins-de-infância e de parques infantis, de melhoramento do aquecimento, reduzido a zero, ou de simples obras de conservação. Cortes igualmente significativos (66,65%) sofrem as rubricas "Mobiliário e equipamento escolar" e material didáctico para o 1.º Ciclo.

O apoio a projectos educativos integrados no objectivo “Projectos Complementares de Natureza Educativa” são outro dos programas que sofre um corte brutal de 95,5% (de 22.000 para 1000 euros), ainda neste programa a rubrica “Animação socioeducativa - transportes” para o qual as GOP de 2010 previam 70.000 euros foram contempladas com apenas 25. 109 (corte de 50% relativamente a 2010). O projecto “Iniciativas de Complemento Curricular” sofre um corte global de 16,6% (menos 254.533 euros).

A recuperação/ampliação de escolas como as do Loreto, Assafarge, Vila Verde, Larçã ou o refeitório da EB1 de Santa Apolónia, são empurradas para 2013.

Fica, deste modo bem evidenciada a forte desvalorização da componente educativa no contexto deste orçamento que nos é proposto à votação.

A um orçamento que penaliza fortemente as crianças do nosso município e despreza deste modo a educação só podemos dizer: não! Não passará com o nosso voto.

Mas os aspectos mais negativos deste orçamento não se confinam à educação.

Mais uma vez sublinhamos a enorme importância e centralidade do investimento na **reabilitação e recuperação urbana**, e em particular do centro histórico, matéria que reúne grande consenso, mas a que continua a faltar visão estratégica e vontade política. Do orçamento de 2009 para o presente orçamento o programa de “*Reabilitação Urbana dos Centros Históricos*” sofre um corte orçamental na ordem dos 40,24%, baixando de 7,5 milhões, para 4,6 milhões. Idêntica evolução se observa no programa de “*Habitação, Reconstrução e Renovação Urbana*” que sofre neste orçamento, um corte acumulado de 2009 de 40,2%, baixando dos 7,5 milhões, para os 4,5 milhões, o que constitui o valor mais baixo dos últimos seis anos.

O BE defende de forma clara e inequívoca, como prioridade de investimento para a cidade a aposta num verdadeiro **programa de reabilitação e requalificação da cidade, em especial do seu centro histórico**. Este deveria ser um objectivo estratégico para esta cidade. Seria ocasião para perguntar o que está, se é que está a fazer o executivo para aproveitar o programa *Jessica*, lançado pelo Banco Europeu de Investimento e que prevê uma injeção de capital de 100 milhões até 2013 para operações de regeneração urbana.

Finalmente, em relação ao orçamento apresentado, queremos destacar pela negativa o brutal corte no programa “Ambiente, Espaços Verdes e Jardins” que sofre uma redução de 74,5%, passando de 2.217.945 euros para apenas 566.375. Podemos contar, com certeza, com uma cidade ainda mais suja e terceiro mundista, pois não haverá condições para garantir devidamente a limpeza das ruas, a recolha dos lixos, o tratamento e manutenção dos espaços verdes e dos parques infantis. O Vereador do pelouro alardeou o seu descontentamento, ameaçando votar contra este orçamento mas, ao que tudo indica, depressa se terá convertido às suas virtuais virtudes, provavelmente, especulo eu, porque lhe adoçaram a boca com aumentos de verbas inscritas nos programas de “Instalações e Equipamentos Desportivos” e “Juventude, Lazer e Prevenção das Toxicodependências”, veremos como vai descalçar esta bota.

Sobre Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC

Os investimentos a realizar nos SMTUC deveriam ter por objectivo estratégico não só a necessidade de modernizar a frota em circulação e melhorar o serviço aos passageiros, como também aumentar a eficiência energética e racionalizar os gastos em energia, pelo que nos parece uma boa opção o incremento da utilização do gás natural, fonte de energia menos poluente e muito mais barata, em detrimento do bio-combustível, menos eficiente e, sobretudo menos ecologicamente sustentável. Outra

opção que se nos afigura correcta é a aposta no aumento das carreiras de troleicarro, cujos custos médios de circulação são em média mais baratos. O investimento na renovação da frota de troleicarros deveria, pois, constituir uma prioridade e simultaneamente uma oportunidade para promover ganhos ambientais e económicos, diminuindo os gastos energéticos.

Quanto à possibilidade de produção de energia eléctrica alternativa no Açude-Ponte, tememos que não passe de mera intenção propagandística, uma vez que já aparecia nas GOP e orçamento de 2010 e ao que parece não saiu do papel.

A promoção de um sistema de transportes no concelho que tenha por base a intermodalidade, é uma necessidade premente. Esta é, aliás, norma em grande parte das cidades médias europeias, com quem Coimbra quer ombrear.

Registamos de forma positiva a decisão de manter os tarifários inalteráveis para 2011. Mais uma vez nos solidarizamos com os protestos do Município relativamente à injustiça e discricionariedade do Estado central na atribuição de indemnizações compensatórias aos SMTUC, através do Orçamento de Estado, situação que penaliza fortemente o serviço público de transportes municipais de Coimbra.

Por isso, votaremos favoravelmente o relatório dos SMTUC.

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

Sobre a proposta de orçamento para 2011 que a Câmara Municipal de Coimbra apresenta a esta Assembleia, consideramos que ela é o reflexo da situação económica ou financeira que os sucessivos governos PS, PSD ou PSD/CDS, dotaram este País com políticas adversas à sustentabilidade económica, à sustentabilidade produtiva, à sustentabilidade de uma vida digna para os cidadãos.

É reflexo das medidas restritivas do PEC 1, e 2 do actual governo PS e do orçamento de estado para 2011, este orçamento de estado, fazemos questão de lembrar apadrinhado pelo PSD.

A crise para alguns, desculpa tudo, para nós CDU é consequência das opções políticas de anos onde se deixou arruinar o tecido produtivo deste País. As pescas, a agricultura, o apoio às pequenas e médias empresas em contraponto com a protecção dada aos grandes grupos económicos, destacando a submissão escandalosa do governo aos interesses da banca.

Compete-nos analisar neste contexto as opções do executivo camarário para o plano e orçamento de 2011.

Fazendo uma apreciação comparativa com o orçamentado para 2010, no que às cinco rubricas mais relevantes para a operacionalização das opções do município, verificamos um corte, cerca de 10 milhões de euros, com perdas na Reabilitação e Qualificação, na Estruturação do Território e Desenvolvimento Sócio Económico, na Educação Desporto e Tempos Livres.

Na afirmação da Cultura, o corte é relativo, embora preocupante. Pois esta é uma área na qual a afirmação de Coimbra e das suas potencialidades culturais tem vindo sucessivamente a ser desvalorizada.

A rubrica cidade solidária e saudável é a única onde se apostou numa valorização face a 2010 de 20,5% talvez para manter a sustentabilidade dos SMTUC, uma vez que não é de certo para a sobre rubricar, descentralização e apoio à juntas de freguesia, pela análise dos dados no que às transferências para as freguesias diz respeito. Aliás preocupa-nos constatar que, embora não tendo sido cortado o montante a transferir para as freguesias, longe com tudo do valor que a CDU propõe por considerar o adequado a uma coerente resposta às necessidades de competências

das freguesias, e defendemos 10%, preocupa-nos verificar não existir orçamentada verbas para obras nas freguesias, que são da responsabilidade directa da Câmara Municipal. Se as verbas transferidas para a gestão própria de cada freguesia já são insuficientes, sem o investimento directo da Câmara muito ficará por fazer.

Uma outra e muito séria preocupação, que temos com dados deste orçamento são o corte 0,74% do fundo social municipal. Rubrica que abarca diversas áreas de atribuições e competências que pode significar o agravamento de capacidade de resposta directa do município às escolas nomeadamente o pré-escolar e o 1º ciclo, no que respeita ao serviço de refeições, à componente apoio à família, às **AEQs** aos transportes escolares, à manutenção de números assistentes operacionais nas escolas, e muitas outras coisas.

Assim, como nos preocupa quanto aos apoios sociais em geral que serão necessariamente mais solicitados pelas famílias, neste quadro de aumento de número de desempregados no concelho de Coimbra de supressão por parte do governo de apoios sociais, como o abono de família, aumento com os custos de saúde e de educação.

Razão tinha a CDU, quando alertou e apelou nesta Assembleia que a Câmara de Coimbra não subscrevesse o protocolo no qual o governo transfere mais responsabilidades para as autarquias sem garantia de contrapartidas financeiras, estaríamos hoje bem pior.

O Governo corta em relação a 2010 do montante a transferir para o funcionamento e comprimento das competências do município de Coimbra 18,23% ao conjunto do fundo de equilíbrio financeiro, com o fundo social municipal. Aqui cresce 8,59% ao fundo de funcionamento das freguesias.

Em contrapartida, e comparando também com 2010, a receita perspectivada em impostos directo do município sobe 26,74% para 27,05%, sendo uma subida relativa este dado corrobora que a CDU desde há muito bem afirmando e que sustenta das nossas propostas o IMI e a Derrama continuam a ter mais peso no financiamento na autarquia de Coimbra, do que as verbas transferidas do orçamento do estado. Ou seja, o município de Coimbra é o principal financiador da actividade da autarquia essencialmente por via do IMI.

A proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara de Coimbra é uma carta de intenções baseadas das verbas disponíveis e que são repartidas sobre ponto de vista das prioridades políticas deste executivo por áreas de intervenção, umas suportadas pelo orçamento, outras por verbas do QREN e de outros programas.

Mais do que as intenções que este documento engloba, importa-se saber e avaliar a seu tempo a capacidade de execução e o cumprimento dos objectivos que se propõe cumprir.

A CDU consciente de que este orçamento condicionará o cumprimento de muitas responsabilidades da Autarquia pondo em causa a própria eficácia do Poder Local no seu princípio mais básico de resposta de proximidade há necessidades das populações na produção da sua qualidade de vida, espera com tudo que cada um dos responsáveis pelos diferentes pelouros tenha a capacidade de contornar a contenção salvaguardando o que essencial tem e deve ser feito para o desenvolvimento do concelho, e para a melhoria da prestação de serviço aos munícipes. Minimizando carências e necessidade que serão mais evidentes em 2011.

A contenção e a crise não podem ser a justificação para desinvestir. Pois tal na nossa perspectiva, trará retrocesso em vez de progresso.

Por tudo o que foi exposto o voto da CDU para este Plano e Orçamento para 2011, será um voto de abstenção.

Quanto aos SMTUC, a apreciação que a CDU fez ao documento dos SMTUC e há informação nele contida leva-nos a algumas conclusões.

Continua a verificar-se que o investimento da Câmara Municipal de Coimbra no financiamento do serviço público de transportes urbanos é superior em 21,81% em relação às verbas provenientes da Administração Central.

Continuamos a verificar, que os SMTUC se auto financiam por via das receitas no valor de 58% receitas que decorrem da prestação de serviço mas maioritariamente do tarifário, logo, do utente do tarifário dos transportes urbanos, daqui concluímos mais uma vez, neste caso numa situação já recorrente a sustentação dos SMTUC se faz pelo contributo dos cidadãos naquilo que alguns consideram legítimo. O designado utilizador pagador e pelo encaxe financeiro da Autarquia de Coimbra.

Estes factos não são novidade. Há muito que a CDU apela a uma atitude de equidade de financiamento dos SMTUC por parte da Administração Central, tal como acontece com o mesmo serviço em Lisboa e Porto.

Há muito que a CDU reclama nesta Assembleia da passividade no plano das exigências por parte da Câmara de Coimbra. Parece-me com tudo que esta é uma preocupação apenas da CDU.

Como é do conhecimento de todos não elegeu nenhum deputado de Coimbra, contudo recentemente foram os deputados do PCP na Assembleia da República que apresentaram uma proposta relativamente aos SMTUC reclamando precisamente uma indemnização compensatória face à discriminação que é feita em relação ao financiamento da Carris e dos Serviços Municipalizados do Porto. Curiosamente ou não esta proposta contou com os votos contra dos deputados eleitos por Coimbra e com assento da Assembleia da República do PS e do PSD.

A CDU tem nesta Assembleia referido, por diversas vezes, a necessidade de se alargar os SMTUC a zonas abrangidas apenas por transporte privado, constatamos que na rubrica de melhorar a qualidade de serviços se pode ler, como intenção e cito, facilitar o acesso aos transportes deslocação, cobertura espacial e temporal, assim como adaptar a rede, a CDU espera que estas referências se concretizem na efectiva cobertura de todo o concelho de Coimbra pelos serviços dos SMTUC.

Até porque, não existem na nossa perspectiva cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. Igualdade nas respostas e nos serviços são o que se espera num serviço público.

Por fim, referir que a CDU, considerou muito positiva à decisão contra o tarifário, ou seja, não haver aumento o que consideramos ser uma medida positiva para um ano que será ainda mais difícil sobre do ponto de vista económico para as famílias daí que o voto da CDU será um voto favorável, às Grandes Opções dos SMTUC."

Intervenção do deputado municipal José João Lucas (BE):

"No sentido de ser votado aqui nesta Assembleia e eventualmente discutida, o Bloco de Esquerda apresenta uma proposta de orçamento de base zero, à semelhança que foi apresentada na Assembleia da Republica e tendo aprovada por maioria.

A maioria dos municípios portugueses apresentam uma situação financeira difícil. Podemos não convergir em relação aos motivos que levaram os municípios a este estado de coisas, mas, independentemente do entendimento de cada um sobre o estado financeiro das autarquias, estaremos todos de acordo que a diminuição

anunciada das verbas em sede do Orçamento do Estado não vai melhorar a situação. No caso do município de Coimbra, além da dificuldade partilhada com as restantes autarquias, acresce ainda a necessidade de cumprir seriamente um plano de rigor financeiro que o livre de maiores dificuldades, atendendo ao grande grau de endividamento, ao aumento do serviço da dívida e ao desequilíbrio da situação financeira.

Os tempos que atravessamos exigem que se acabem com práticas rotineiras substituindo-as por procedimentos de maior transparência e controlo das despesas. Neste sentido, exige-se aos eleitos que pugnem para que o pouco que há seja gasto com responsabilidade e com opção por prioridades que minimizem os sacrifícios exigidos às populações.

Um dos meios para atingir estes objectivos de transparência e verificabilidade da despesa pública, é a introdução do Orçamento de Base Zero. Assim, propõe-se que o orçamento para o ano de 2012 seja preparado obedecendo a um conjunto de regras que procuram a melhor adequação da autarquia às suas funções e a uma maior poupança, eliminando alguns desperdícios.

Esta norma, que se pretende implementada, tem como característica principal a de que cada serviço da autarquia deve definir e justificar a sua proposta de orçamento em função de actividades concretas previstas para o ano seguinte, sem se basear no orçamento do ano anterior.

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 28 de Dezembro de 2011 delibera RECOMENDAR à Câmara Municipal:

1 – Que o orçamento para 2012, preparado no exercício de 2011, seja excepcionalmente, de base zero, quebrando a rotina no cálculo da despesa;

2 – São excepção à aplicação do Orçamento de Base Zero:

- As dotações correspondentes a despesas obrigatórias;

- As despesas de investimento co-financiadas por fundos comunitários;

A informação sobre estas dotações e despesas deve ser disponibilizada na proposta de orçamento.

3 – Que sejam adoptados os devidos mecanismos na autarquia para facilitar que a prática de Orçamento de Base Zero seja de implementação cíclica ao longo do tempo, para permitir a correcção periódica de eventuais desvios despesistas, criando uma cultura de rigor e serviço público em todas as actividades do município."

Intervenção do Presidente da Junta de Almalaguês:

"Queria falar sobre a função social dos transportes públicos expressa significativo esforço financiamento de apoio ao funcionamento dos SMTUC acentuado em 2011 com acréscimo crescido de 86% para a compra de um curso social de transportes. Já todos lemos isto

No ano de profunda crise económica, é de realçar e louvar, a preocupação social do executivo, tanto mais, que a posição altista que o Governo tem assumido de protecção e de apoio aos transportes de Lisboa e Porto se mantém.

É urgente, que se torne claro, para todos sem excepção quais os critérios que nos mantém a nós cidadãos de Coimbra para pagar impostos para melhorar sistematicamente a qualidade de vida dos cidadãos de Lisboa e Porto.

Almalaguês têm desde há um ano, a linha 43 dos SMTUC, num serviço público de qualidade, reconhecido diariamente pelos seus utentes, queremos vincar aqui perante de vós o reconhecimento da mais valia para a qualidade da vida local, que este serviço público apresenta e representa vem como tornar público a gratidão que nos merece a manutenção das tarifas de apesar da ausência do apoio governamental as pensas de facto do município e das suas vincadas preocupações sociais.

Obrigado senhor Presidente da Câmara, obrigado senhor delegado dos SMTUC pelo humanismo, é nos momentos difíceis que sentimos a vossa dignidade e a dignidade das vossas medidas.

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Queria falar sobre os dois temas que estão em causa, relativamente ao primeiro tema as Grandes Opções do Plano, eu vou-me única e exclusivamente focar as obras da minha freguesia.

Está aqui presente o Presidente da Junta mas, penso que, é importante que S: Martinho do Bispo não fosse esquecido, como tem sido esquecido nestes últimos anos. Não que o Sr. Presidente se tenha esquecido da Junta, não pelo contrario, tem desenvolvido um trabalho muito importante nesta freguesia, um trabalho que eu reputo de gratificante e de bom.

Mas, relativamente às acessibilidades e ao que vem no Plano, eu não posso deixar de apresentar a minha opinião.

Acessibilidades para S. Martinho do Bispo:

Estrada da Fontinha, Rua do Vigor, Canavês/Covões - 10€ definido.

Estrada Estremão/Coelhadas, Espírito Stº das Touregas – 10€ definido.

Estrada Estremão/Coelhadas, Espírito Santo– 10€ definido.

Ladeira de S. Martinho/rotunda, penso que está concluída-10€ definida e 20 mil €, não definida

Praceta João Serrano- 10€ definido.

Estas são obras da freguesia, obras importantíssimas para a regularização do tráfego de S. Martinho do Bispo. Obras essas que estão adiadas há cerca de 10 anos.

O Senhor Presidente disse-o na sua intervenção, que Coimbra iria ser gerida com mais inteligência, eu anotei essa sua frase, e assim espero que Coimbra vá ser gerida com mais inteligência.

Uma outra obra que reputo de importante para a freguesia de S. Martinho e de Stª Clara, é via estruturante Stª Clara/S. Martinho do Bispo, obra esta que, tem verbas definidas aquisição de terrenos e projecto de construção, via estruturante Stª Clara /S. Martinho do Bispo, Troço via rápida Rua dos Covões que é o troço mais próximo de S. Martinho 10€ definidos, para a aquisição de terrenos, para o projecto 10mil 500 €, construção 10€.Troço centro de Saúde Stª Clara/Quinta do Lagar tem 26 mil 471€ definidos.

Relativamente à via rápida Bencanta/Taveiro a reformulação do nó de S. Martinho do Bispo obras complementares-10€, ligação Boavista/Espadaneira-10€ definidos.

Quer dizer que em S: Martinho apesar das obras estarem efectivamente no papel, não passam efectivamente disto são obras do papel, inclusivamente, há uma obra destas que é importantíssima, que liga a via rápida ao Espírito, esta obra já tem projecto ...

Portanto, Senhor Presidente da Câmara acho que, S. Martinho do Bispo merece mais atenção é uma freguesia com cerca de 25mil pessoas, não é uma freguesia qualquer e as vias de comunicação são importantíssimas para o desenvolvimento daquela área.

Relativamente aos SMTUC.

Começar por dizer que da análise do documento apresentado, por estes serviços municipalizados quero realçar algumas questões.

Relativamente às energias alternativas, produção local de energia na Ponte do Açude, penso que é um projecto interessante, penso que é um projecto que poderá trazer mais valias em termos energéticos para estes serviços municipalizados.

Mas gostava de saber, além do projecto ser elaborado pelo Departamento da Universidade de Coimbra, se já foram feitas algumas demarches com os organismos que gerem esta problemática com o Ministério do Ambiente, o Ministério de Agricultura e Pescas, se houve já algumas respostas, quanto é que pode custar esta instalação e se existe algum estudo relativamente à viabilidade económica para este projecto.

Relativamente ao tarifário verifico com agrado que não houve alterações, espero que a curto prazo não seja preciso alterações de tarifários.

Relativamente ao investimento na melhoria das condições de trabalho e atendimento aos munícipes, noto que, existe aqui umas obras que irão ser feitas num novo edifício para os SMTUC, para o serviço administrativo e edifício industrial, 750 mil euros de verbas definidas, não sei se os SMTUC estão a pensar sair de onde estão, se é para fazer novos edifícios, mas em período de crise acho que não é altura efectiva para fazer este tipo de obras. Portanto, manter o que têm. Penso, que estas verbas definidas nesta altura não são as melhores.

Quero congratular também relativamente ao mapa de pessoal elaborado a à organização dos serviços. Esta organização de serviços foi elaborada atempadamente sem recuos e atrasos como a Câmara fez, solicitando parecer a um Mestre de Direito Administrativo em vez de organizar o processo em tempo útil.

Para concluir, verificamos que a resposta à procura, teve um decréscimo de 1,3%, a receita gerada pelos SMTUC decresceu 6,5%, nesta receita provavelmente estão inseridos os estacionamento pagos e pelo que vejo quando percorro a cidade estes estacionamento estão sempre ocupados, será que a Polícia Municipal não está a actuar devidamente?

O resultado líquido teve uma variação negativa cerca de 600 mil euros, assim como o resultado operacional teve mais ou menos esta variação negativa.

Apesar da oferta ter crescido 1,9% concluiu-se que é preciso tomar algumas medidas para inverter estas tendências que são preocupantes no meu ponto de vista e não se visualiza nos documentos da Câmara e dos SMTUC nada que indique que existe uma estratégia para inverter este processo.

Por isso a bancada do Partido Socialista vai abster-se neste processo dos SMTUC, e eu vou votar contra o processo da Câmara Municipal."

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

Apenas quero referir dois ou três pontos do Plano e Orçamento.

Em primeiro lugar, uma nota positiva para a área da juventude que tem cerca de 100 mil euros.

Também para nós é positivo ver um arrendamento jovem já contemplado com uma renda a um valor a atribuir(deficiência no som não se ouve o resto da intervenção)

Intervenção da deputada municipal Helena Freitas (PS):

"Senhor Presidente facilitava a vida a todos se tivéssemos um Regimento. Pedia encarecidamente que o fizesse, até para nós próprios internamente fazermos o nosso trabalho, porque senão tornasse insuportável. Tinha pensado em abdicar deste ponto que acho que é o mais importante da ordem de trabalhos. Mas, não posso deixar de fazer uma intervenção sobre este assunto a qual vou resumir. Já foram levantados vários aspectos que são relevantes, eu continuo a pensar que o grande problema destes documentos continua a ser, ausência de uma reflexão estratégica o longo prazo. Sendo que, aquilo que acontece fazer-mos sempre uma reposição com carácter anual, que se acrescentam pequenas novidades fruto das circunstâncias.

Eu diria, que o ideal seria de sermos capazes de fazermos um exercício ponderado em êxitos estratégicos para Coimbra com carácter plurianual, tendo presente os cenários de mudança económica e social.

Gostaria de chamar a atenção só para as situações que vejo preocupantes neste orçamento.

Julgo que aquilo que considero ser mais problemático é de facto, do ponto de vista do planeamento da inserção dos instrumentos estratégicos e de planeamento que continuam a ser inconsistentes e relevantes uma vez que há de facto uma ausência de rigor e de prazos.

Outro aspecto, que também parece importante e que me preocupa é, as perspectivas de sobrevivência financeira de algumas empresas municipais. Julgo que é urgente equacionar e debater todas as soluções que garantam a sua sustentabilidade. Começo a perceber que de facto há alguma dificuldade de manter algumas destas empresas municipais.

Também me preocupam alguns aspectos, já levantados pelo deputado Serafim Duarte, há de facto cortes na educação e no ambiente que são problemáticos, sendo certo que, eu também concordo que este orçamento teria necessariamente que reflectir aquilo que é situação nacional conjuntura económica e nesse aspecto, a incorporação dos cortes orçamentais no orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, merece um cumprimento do esforço que foi feito de colocar esses mesmos cortes, de uma forma geral. É evidente que, isso depois se reflecte infelizmente nas tais situações que gostaríamos de evitar, e de facto eu tenho uma grande preocupação com três situações do próximo ano e apenas isso que queria salientar para além da questão fim do planeamento que tem de ser equacionado com mais seriedade.

É evidente que, é importante assumidos, é evidente que é importante que a Câmara responda ao QREN, e é evidente também que a Câmara irá apoiar as Juntas de Freguesias, sobretudo na área do apoio financeiro e orçamento programático.

Mas, gostava de identificar duas ou três situações que me preocupam e sobre as quais é importante reflectir.

Uma é de facto, a rede social e ,o que pode significar o problema do desemprego em 2011 e portanto temos margem e flexibilidade para vir aloucar nesse domínio da Segurança Social do apoio a situações de carência é preciso ter margem para podermos também intervir nesse aspecto.

Evidente que as questões já levantadas, subscrevo inteiramente as preocupações levantadas relativamente ao Sector da Educação, de uma forma geral e também do Ambiente e Espaços Verdes.

De uma forma geral e tendo em conta os constrangimentos mencionados, eu vou propor que a bancada socialista se abstenha neste ponto em concreto."

Intervenção do deputado municipal Torres Farinha "Pina Prata, Agora Sim":

"Relativamente ao orçamento antes demais uma nota de mérito, face a esta transição, certamente que foi o orçamento possível perante o pouco tempo que a nova equipa teve, e certamente não reflectirá aquilo que é este novo perfil.

Contudo, há aqui alguns aspectos que queremos vincar:

Um deles face ao pouco tempo que a equipa teve e nós também tivemos para o analisar, portanto, damos o crédito para 2011, contudo no pressuposto de que, o Plano Estratégico, o Plano de Desenvolvimento de Coimbra seja aprovado. Aliás até porque faz a diferença a navegação à vista e o desenhar o futuro de uma forma consequente.

É nessa perspectiva que nós, nos iremos abster.

Para além disso comprometemo-nos a fazer o acompanhamento do orçamento de acordo com os pelouros que propormos a candidatura, sendo que oportuno traremos aqui a nossa leitura.

Portanto, o mesmo se passa relativamente ao orçamento dos SMTUC, embora nos SMTUC fique aqui uma nota de apreço pela sensibilidade crescente relativamente à ecologia e relativamente aos trolleys e a via combustíveis e a fins.

Portanto, o nosso compromisso e o meu em particular, é estar aqui sempre de uma forma construtiva, iremos abstermo-nos nas duas propostas de orçamento."

Intervenção do Presidente da Câmara:

Haveria aqui questões que mereciam um pouco mais de tempo, só para dizer o seguinte:

O mais importante, num ano de contenção generalizada de orçamentos um pouco por todo o lado, era conseguir reduzir o montante, porque durante o ano na Câmara de Coimbra e de todas as Câmaras através dos instrumentos das alterações orçamentais que se vão fazendo, tirando dinheiro daqueles sítios que não se está a gastar e por nos sítios onde é preciso, é sempre possível ir ajustando às necessidades e às oportunidades que vão aparecendo do orçamento.

O importante mesmo, era reduzir o montante, aí já não se mexe, se fazemos orçamentos demasiados altos as margens são demasiado grandes e corremos o risco do descontrolo orçamental. Foi isso que foi feito, naturalmente há preocupações de muitas pessoas que gostavam de dizer mais, isto mais aquilo, mas aquilo que for importante, é sempre possível ser feito, que a verba escrita em orçamento seja pequena neste momento.

Mas de facto, o exercício fundamental foi feito, para tentar montar um orçamento que fosse mais pequeno e portanto permita no próximo ano, digamos menos alterações.

Penso que ele foi semi conseguido, gostaria de ter ido mais longe, mas imaginem que isto não é fácil, fazer de repente um trabalho de redução do nosso orçamento para valores ainda mais próximos na realidade. Foi isto que foi feito, suponho sem estar agora a responder questão a questão, tudo aquilo que é importante, tudo o que é compromisso da Câmara naturalmente não está nem nunca estará em causa."

Terminado o debate, o Presidente da Assembleia colocou à votação as propostas da Câmara.

Ponto 2 - Câmara Municipal de Coimbra-Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011:

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal datada de 20 de Dezembro, e nos termos da alínea b) do nº 2 do artº 53º da lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria com 29 votos a favor, 3 votos contra e 18 abstenções, aprovar os documentos previsionais para 2011 "Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011" da Câmara Municipal de Coimbra";

Aprovar a Norma de Controlo Interno, nos termos do nº2.9.10. do POCAL;

Aprovar o Regulamento Interno de Fundos de Maneio, em conformidade com o ponto 2.9.10.1.11. do POCAL;

Autorizar a Câmara Municipal a proceder à contratação de empréstimos de curto prazo, que venham a tornar-se necessários durante o período de vigência do Orçamento para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria, nos termos do artº38º, nº3 e 7, da Lei das Finanças Locais (LFL), até ao limite de endividamento permitido, no artº37º e no nº1 do artº39º da LFL;

Autorizar a Câmara Municipal a proceder à consulta a instituições de crédito tendo em vista a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos de 2011, nos termos do artº38º, nºs 6 e 8 da Lei das Finanças Locais, com respeito pelo limite do endividamento permitido pelos artigos 37º e 39º da mesma LFL;

Aprovar a delegação de competências municipais nas Juntas de Freguesia do Município de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal datada de 20 de Dezembro, e nos termos da alínea b) do nº 2 do artº 53º da lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria com 37 votos a favor e 13 abstenções, aprovar as "**Grandes Opções do Plano e Orçamento**" dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2011.

De Estes documentos dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Relativamente à proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda atrás transcrita sobre orçamento de base zero, o Presidente da Assembleia disse que não era posta à votação por não fazer parte da ordem de trabalhos e não ser legal.

Ponto 4 - Posição financeira do Município de Coimbra em 30/06/2010-parecer do auditor externo:

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento da posição financeira do Município de Coimbra em 30/06/2010, parecer do auditor externo.

Ponto 5 - Mapa de pessoal da CMC para o ano de 2011:

Retirado

Ponto 6 - Revisão da organização dos serviços municipais:

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"O que nos é proposto é que, na "medida em que o processo de revisão da organização dos serviços foi atempadamente promovido", foi dado cumprimento ao disposto no artigo 19 do Dec. Lei n 305/2009 de 23 de Outubro.

Para a Câmara basta assim, para dar cumprimento ao disposto na citada disposição legal, ministrar uma acção de formação e duas reuniões dos Senhores Vereadores com a Directora Municipal de Finanças.

É o timbre desta Câmara. Devagar, devagarinho.

Para justificar tamanha lentidão na acção, quase omissão, o que fez então a Câmara? Solicitar um parecer jurídico, após a emissão de um despacho datado de 17 de Novembro de 2010 da Directora da Direcção Geral das Autarquias Locais, que sustenta que as unidades orgânicas aprovadas ao abrigo do regime legal anterior deixaram de ter suporte legal, com as consequências daí decorrentes, designadamente as relativas ao exercício de funções pelos respectivos dirigentes.

Tal despacho, não acompanha nem sufraga a presente proposta e parecer jurídico.

Daí que não se emita qualquer juízo de valor sobre o que nos é proposto, recomendando-se porém, que a Câmara à semelhança do que fizeram muitas outras autarquias locais proceda o mais urgente possível à revisão da organização dos serviços municipais nos termos legais, para o que aliás já sobrou tempo."

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do parecer jurídico sobre a Revisão da organização dos serviços municipais

Ponto 7 - Gás Natural - despesa plurianual:

Para este processo a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 8 de Novembro último, autorizar a repartição de encargos, relativo ao **fornecimento de gás natural**, ao abrigo do disposto no artº 22º, nºs 1 e 6, do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de Junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico a seguir indicado:

-2011-€ 190.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor

-2012-€ 251.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor

-2013-€ 251.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor

-2014-€ 61.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 8 - Energia Eléctrica - despesa plurianual:

Para o processo mencionado em epígrafe, a Assembleia Municipal deliberou,, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 8 de Novembro último, autorizar a repartição de encargos, relativo ao **fornecimento de energia eléctrica**, ao abrigo do disposto no artº 22º, nºs 1 e 6, do Decreto-Lei nº197/99, de 22 de Novembro, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico a seguir indicado:

-2011-€ 713.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor

-2012-€ 950.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor

-2013-€ 950.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor

-2014-€ 237.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 9 - Relatório de Actividades 1º semestre de 2010 dos SMTUC:

Foi tomado conhecimento do Relatório de Actividades do 1º semestre de 2010 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Ponto 10 - Gasóleo a granel - SMTUC - alteração à repartição de encargos:

Para este processo a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta contida na deliberação nº2113/10 da Câmara Municipal datada de 8 de Novembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):.

Só muito rapidamente e por mera curiosidade pessoal. Irei também colocar a questão relativamente ao ponto 12.

Gostaria de saber quais os vencimentos de cada um dos administradores destas duas empresas, quer dos SMTUC, quer das Águas de Coimbra. É uma questão que coloco.

Ponto 11 - Gasóleo a granel - SMTUC - repartição de encargos e respectiva alteração:

Para o processo mencionado em epígrafe foi deliberado, por unanimidade, aprovar as propostas contidas nas deliberações nº 2211/10 e nº2360/10 da Câmara Municipal datadas respectivamente de 22 de Novembro e de 20 de Dezembro do ano de 2010, sobre o acto da abertura do procedimento e repartição de encargos para aquisição de gasóleo a granel para os SMTUC.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 12 - Relatório de Contas do 1º semestre de 2010 de AC-Águas de Coimbra, EM:

Tomado conhecimento do Relatório de Contas do 1º semestre de 2010 de AC-Águas de Coimbra, EM.

Ponto 13 - Protocolo de Cooperação para a Gestão e Utilização do Mini-Campo Desportivo da Ribeira de Frades:

Aprovado por unanimidade

Ponto 14 - Fundação Bissaya Barreto - alteração de fins de utilização de parcela de terreno:**Intervenção da deputada municipal Isabel Margarida.**

"Só para dizer que este é mais um dos exemplos que há pouco referi, mais um dos processos com falta informação, ou pelo menos a pouca informação que nos chega para tomar-mos qualquer posição sobre o assunto. Não é claro naquilo que nos fizeram chegar, o que é o projecto, para que fins, faltam elementos para que possamos votar com consciência.

Eu posso dizer que tenho um projecto interessantíssimo mas se não o der a conhecer, ele pode ser interessante para mim e para os outros não, por isso torno a referir que faltam elementos para podermos votar."

Posto à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco abstenções, e com base na deliberação tomada pela Câmara Municipal em 27 de Setembro de 2010, aprovar o pedido de alteração de fins de utilização, da parcela de terreno contígua ao Portugal dos Pequenitos, com 6647m², cedida por escritura de 10/01/2002 à Fundação Bissaya Barreto, possibilitando que na mesma se possam edificar estruturas imprescindíveis à manutenção do Portugal dos Pequenitos como

espaço de referência cultural, educativo e turístico de Coimbra e do País e com a condição de previamente o projecto ser presente ao Executivo camarário.
Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 15 - Águas de Coimbra, E.M. Plano de Actividades e Orçamento 2011 e tarifário 2011: Para conhecimento

Intervenção da deputada municipal Isaura Madeira (CDU):

"Tenho de facto alguns comentários a fazer e da análise deste documento.

A análise feita pela bancada da CDU, da Grande Opções do Plano e Orçamento da Empresa Municipal Águas de Coimbra, resulta a não concordância com o aumento das tarifas da água, e saneamento por não poder concordar com um quadro de crise que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, não terão aumentos salariais, em que muitos verão mesmo os seu salários reduzidos, com o crescente aumento do desemprego, não podemos de maneira nenhuma concordar com o aumento deste bem essencial à vida.

É de facto lamentável que esta Câmara, à semelhança que acontece com a gestão do Governo Central, apenas conheça como solução para os défices orçamentais a penalização daqueles que menos tem, e que mais dificuldades têm fazer face ao seu dia-a-dia.

Relativamente ainda, também ao aumento do tarifário a CDU não pode concordar com a diferenciação do tarifário nos consumos não familiares, senão vejamos:

Será perceptível que uma escola pública de ensino básico e secundário tenha que pagar mais 46% de consumo de água e saneamento do que um Colégio Privado?

Ou que, os Hospitais da Universidade de Coimbra tenham de pagar mais 46% de consumo de água e saneamento do que a Clínica Privada de Montes Claros?

Ou que a Universidade de Coimbra tenha de pagar mais 189% do que a Universidade Privada Vasco da Gama?

Estou a falar de exemplos! Porque muitos outros poderiam ser dados.

O Centro de Saúde de St^a Clara tem de pagar a mais 46% do que o Fórum, ou que a água gasta no Estádio Universitário de Coimbra custe mais 189% do que a água paga o Pavilhão dos Olivais ou do Pavilhão da Solum?

Para a bancada da CDU, são muitos estranhos os interesse que à diferenciação deste tarifário e por mais voltas que lhe queiramos dar, não conseguimos encontrar uma justificação para tamanho absurdo."

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"O Partido Socialista há muito vem aqui debatendo para que as tarifas do abastecimento de água sejam discutidas, por esta Assembleia Municipal e por entender que isso é da sua competência.

A "Coligação por Coimbra" votou contra, e o resultado foi que a proposta não foi aprovada. Estar aqui a votar tarifas, o tarifário para 2011, significa que a respectiva deliberação a ser tomada seria revogatória das anteriores e não vem assim na ordem de trabalhos.

O Partido Socialista quer aqui recordar e deixar claro, que uma sua ultima proposta foi aqui aprovada por unanimidade e para se discutir as tarifas da água, para perceber como é que as tarifas são fixadas, como é que se chegou aos respectivos valores.

Queríamos que houvesse uma Assembleia em que se pudesse efectivamente discutir isso para se perceber o modo de fixação das tarifas.

Temos conhecimento por exemplo que o volume de água comprada é de cerca de 18 milhões e o volume de água vendida de 11 milhões. Sabemos que há desperdícios de quase 50%.

O que se quer deixar aqui claro é que, o Partido Socialista ao tomar conhecimento do tarifário proposto, isso não afasta a pretendida discussão das tarifas nesta Assembleia. É o que pretendemos deixar claro."

A Assembleia tomou conhecimento do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2011 da AC, Águas de Coimbra, EM e tarifário para 2011, tendo a Assembleia Municipal aprovado as recomendações apresentadas pelo deputado José Manuel Ferreira da Silva.

**Ponto 16 - Turismo de Coimbra, E.M.- Orçamento e Plano de Actividades:
Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):**

Senhor Presidente, já sei qual vai ser a sua resposta. Mas não quero deixar de registar aqui, a forma como foi recusada a proposta do orçamento de base zero, com o argumento da lei, a lei não permite nem deixa de permitir nada; e segundo a proposta foi apresentada inclusiva nesse ponto, porque era nesse ponto que se estava a discutir o orçamento é um ponto indicado para discutir uma proposta de recomendação sobre o orçamento de base zero.

É lamentável que não tenha sido aceite.

Neste ponto também distribuámos antecipadamente a todas as bancadas uma proposta que visa propor e recomendar ao executivo a extinção do Turismo do Centro.

A empresa municipal Turismo de Coimbra, foi criada com o propósito de implementar uma política de promoção e de animação cultural e promover a “marca Coimbra”. Analisando o seu relatório de actividades e contas do exercício de 2009 e o plano e actividades para 2011, parece-nos carecer de sustentação clara e objectiva a afirmação de que da sua actividade terá resultado um aumento sustentado do número de turistas, razão última da sua acção. Ao percorrermos as actividades desenvolvidas, a sensação com que ficamos é a de que, no essencial, são as mesmas que foram desenvolvidas na cidade, antes da sua existência. Para além de que as actividades desenvolvidas não carecem de uma empresa específica, podendo muito bem ser levadas a cabo, com vantagens financeiras e idênticos resultados, pelos serviços de um departamento municipal de Cultura e Turismo.

Um dos argumentos invocados pelo Presidente da Câmara para a constituição do Turismo de Coimbra EM, foi a de que representaria uma diminuição de custos, e captaria investimentos privados. Ora, logo à partida contou com um subsídio à sua exploração de 994.531 euros. No primeiro ano de exercício teve um resultado líquido negativo de 278.265 euros. Em 2009 voltou a registar um resultado líquido negativo de pelo menos 13.112 euros. Ao que acresce, em termos de remuneração de pessoal, mais de 340.000 euros.

Três anos decorridos somos forçados a concluir que a existência da Turismo de Coimbra EM não tem justificação objectiva, nem tão pouco se descortina qualquer vantagem prática e claramente quantificável da sua actividade.

Acresce que a lógica da constituição de empresas municipais obedece a um propósito fundamental: escapar às maiores exigências da contabilidade pública, para

fugir ao controlo das assembleias municipais e, principalmente, para dar lugares a pessoal ligado aos partidos políticos que dominam as Câmaras.

A gestão dos dinheiros públicos municipais deve ser rigorosa, ponderada e fiscalizada pelo órgão competente, a assembleia municipal. É necessária a transparência nas contas públicas, é preciso combater o desperdício financeiro e extinguir as empresas municipais que fazem aumentar a despesa pública local sem qualquer benefício para os cidadãos.

Pelo exposto, e dado não haver qualquer justificação consistente para a sua existência como empresa municipal, a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 28 de Dezembro de 2010, RECOMENDA ao Executivo camarário:

Que a empresa municipal “Turismo de Coimbra” seja extinta, passando as suas funções a ser exercidas pelos serviços municipais e garantindo aos trabalhadores provenientes do quadro de pessoal do município a manutenção da sua relação laboral.

A intervenção do deputado Serafim Duarte foi interrompida pelo Presidente da Assembleia Municipal no sentido que a sua recomendação não poderia ser votada porque não estava agendada e o ponto agendado era só para tomar conhecimento.

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

"Em relação à Empresa Turismo de Coimbra, sei que é para tomar conhecimento, não é uma proposta.

Mas, a bancada da CDU que dizer, que este relatório que nos é apresentado, é de tal maneira vago, que não é nada.

Ao ler eu não percebi que acções de publicidade e campanha são quando diz assim: *acções de publicidade e campanha*, Pergunto quais? O quê?"

Recolha fotográfica...; Aquisição de um conjunto de imagens de carácter turística...; Isto não é nada!

Depois a propósito da *dinamização, acolhimento a visitantes*; Nem consta números sobre os visitantes; e diz-se assim: *implantação de um conjunto de percursos*; então quais? Tem em conta *o ritmo anual de afluências de visitantes*, mas que ritmo?

Isto quer dizer que o Plano é extremamente vago, acho que é uma vergonha uma Empresa de Turismo de Coimbra apresentar um Plano com esta leveza!

Isto não é nada! Queremos demonstrar o nosso descontentamento, isto é brincar ao Turismo!"

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

"Queria fazer um ponto de ordem à Mesa se me permite que é o seguinte:

Dou razão, em certo sentido, ao deputado Serafim Duarte, porque os assuntos que ele trouxe aqui gostávamos também de os ver discutidos aqui a questão do orçamento de base zero e a possível extinção da Empresa Municipal de Turismo. São assuntos que também nos interessam pensar e discutir; não fugimos a esse debate, quero que fique claro.

Acho que era importante até para dignidade desta Assembleia que nós fizéssemos uma revisão do Regimento da Assembleia. Por isso, eu fazia a proposta, até porque esta Assembleia que já tem 1 ano de funcionamento e ainda tem o Regimento do mandato anterior. Vamos na próxima Assembleia aprovar o Regimento da Assembleia e cumprir o Regimento da Assembleia."

Intervenção do Presidente da Assembleia:

Relativamente à intervenção do deputado Maló o Presidente da Assembleia disse o seguinte:

Sobre o Regimento desta Assembleia houve reuniões e deixou de haver entusiasmo quando um deputado do PS propôs que o tempo funcional fosse proporcionado ao número de deputados.

É assim em toda a parte do mundo, o tempo é dependente do número de deputados de cada grupo."

Intervenção da deputada Isabel Margarida:

Aquilo que o Dr. Maló estava a referir é aquilo que a CDU tem vindo a referir à muito tempo. já no início deste mandato, apresentamos alterações, agora se houve um motivo que fez imperrar o avanço desta comissão tem de ser desemperrada o quanto antes, porque efectivamente tem de haver um regimento em funcionamento."

Intervenção do Presidente da Mesa:

"Certamente que as bancadas do PS e da Coligação vão exigir no regimento que o tempo seja proporcional, passo a ser linha dura com os elementos que estão aqui; certamente que algum grupo vai perder. Ou não fazemos revisão do regimento."

Intervenção do deputado Serafim Duarte

"Só quero dizer duas notas muito breves, uma em relação à questão em que somos sensíveis à entrega previa das propostas, quero dizer que recebi isto no dia 23 de Dezembro à noite, se com 5 dias de antecedência para analisar o orçamento, penso que não é preciso dizer mais nada.

Isto não é possível ter um trabalho sério, nós fazemo-lo e penso que os outros também os fazem. para isso se vamos pelo regimento, de facto receber a documentação e as propostas para a Assembleia com um prazo mais razoável.

Em relação ao ponto do Turismo de Coimbra, fiz a pergunta não fiz a intervenção sobre isto, mas gostaria de dizer algumas coisas.

De facto esta empresa municipal Turismo de Coimbra, foi criada com o propósito de implementar uma política de promoção e de animação cultural e promover a "marca Coimbra".

Analisando o seu relatório de actividades e contas do exercício de 2009 proposto e de facto não descortinamos nada que não tenha sido feito anteriormente sem esta Empresa de Turismo de Coimbra.

Isto é, não encontramos justificação ao percorrer naquilo que é essencial as actividades inclusivamente, não só, além demais é apresentado um relatório muito pobre que, apenas elenca actividades e faz afirmações que carecem de verificação. Nomeadamente de que há um aumento de fluxo de turistas a Coimbra.

O que nós vemos é que esta empresa de Turismo de Coimbra é mais uma forma de despesismo, de criar condições para aumentar de facto a despesa e a desorçamentação do município.

Nomeadamente as renumerações dos gestores já vai em 340 mil euros, era 150 e tal e agora que pulo por ai fora.

Portanto, com uma multiplicação de serviços que podem ser perfeitamente assegurados pelos serviços municipalizados de Coimbra, nomeadamente pelo Departamento da Cultura e do Turismo.

Voltaremos à próxima Assembleia que traremos aqui estas duas propostas que foram recusadas, já ficam conhecidas e quero sublinhar esta iniquidade, este vazio, esta falta de sentido e de objectivos práticos desta empresa de turismo que é um sorvedouro de dinheiros públicos."

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

"Em primeiro lugar partíamos do princípio que este ponto fosse votado, porque ínhamos essa indicação.

No entanto não queremos deixar de perder esta oportunidade, afirmando que é para nós inquietante para nós que desde 2004 não haja um perfil de um turista que visita Coimbra definido.

Temos, sucessivamente feito plano de actividades para a empresa municipal de turismo sem ter esse perfil definido. Portanto logo por si só este plano de actividade deixa-me diversas reservas.

Consideramos incompreensível também, a ausência de uma estratégia para o turismo em Coimbra, porque não há uma actividade planeada a médio prazo, todas as actividades do turismo de Coimbra são planeadas de 2009 para 2010 ou de 2010 para 2011 e isso para nós não é aceitável.

Depois naturalmente que resultam de fim de anos como temos anunciados.

Gostaria também de perceber e que esta Assembleia fosse esclarecida, se existe se há algum feedback das visitas e da representação que Coimbra tem nas feiras internacionais. Porque também aqui me parece que não há qualquer tipo de estratégia em relação ao País onde Coimbra está representada. Não há nenhuma ligação com as cidades geminadas, não há nenhuma ligação de potenciar a cidade do conhecimento, portanto, há um investimento nesta matéria que não tem vindo a ser esclarecido.

Por outro lado, é para nós é absolutamente inquietante, inaceitável, inqualificável que Coimbra tem na Alta Universitária, na Canção de Coimbra uma candidatura a Património Mundial da Unesco e não há uma referência uma actividade para potenciarmos esta candidatura.

Pergunto, que Turismo é este que estamos a ter em Coimbra!

Dirigir-me directamente ao Senhor Presidente que este tipo de actividades é completamente desolador.

Ao senhor vereador, espero que com este novo pelouro que tem nas mãos, que mude a postura do orgulhosamente sós, em relação ao Turismo de Coimbra.

Temos a Entidade Regional do Turismo do Centro, não faz sentido que Coimbra continue a não se candidatar a fundos comunitários, que tudo isso passa ao lado.

Não é aceitável, é incompreensível. Coimbra pela sua localidade, pela forma como pode potencializar o Turismo, pode efectivamente dinamizar o turismo da região.

Para além das actividades para nós, também olhamos para este orçamento e não o aceitamos. Não o aceitamos, constatamos que a Empresa de Turismo de Coimbra no final de 2011 vai ficar numa situação de falência técnica, não cumprindo os requisitos do códigos das sociedades comerciais para a existência enquanto sociedade. Isto é, impressionante que se tenha aprovado que até ao final de 2011 os passivos representem 3 vezes o activo e que a empresa tenha um valor patrimonial de menos 238 mil euros, isto é impressionante.

Por outro lado, não aceitamos que o Turismo de Coimbra tenha 50% dos custos associados a gastos com pessoal.

Para que serve a empresa Municipal de Turismo de Coimbra?

Face ao exposto, não poderemos estar satisfeitos, não podemos aceitar e esperemos que isto volte a ser discutido, nesta Assembleia em prol de Coimbra e em prol do Turismo de Coimbra."

Intervenção do Presidente da Câmara:

Com o adiantado da hora não admite uma discussão tão profunda quanto aquela que devia aqui fazer.

Só duas ou três notas: os resultados que existem, e estão disponíveis e são conhecidos sobre o Turismo em Coimbra no ano 2010 são animadores. Em números de visitas aumentaram 70% na Universidade etc. etc. Há aqui algum resultado que não se possa dizer que se deve há outra, mas felizmente o ano de 2010 do ponto de vista turístico correu bem.

A propósito do que foi dito, o orçamento deste ano, que estamos a propor e que foi aprovado em Câmara para 2011 do Turismo de Coimbra é, cerca de 350 mil euros abaixo da do ano anterior. Há uma nota, o que está no orçamento para 2011 em relação ao de 2010 para despesa de pessoal não tem nada a ver com a administração. Os administradores do turismo de Coimbra exercem essa actividade a título gratuito. Os custos com o pessoal devem-se ao facto de, ter pessoal o turismo de Coimbra e já agora havia várias pessoas que estavam no turismo de Coimbra que eram funcionários da Câmara que estavam até este ano a serem pagos pela Câmara de Coimbra, embora estivessem lá destacados. Isso deixou de ser possível, mudaram as leis e no próximo ano tem de ser pagos pela própria Empresa de Turismo de Coimbra e tem que a Câmara passar esse dinheiro para o Turismo de Coimbra, para depois pagar aos funcionários. Por isso essa subida só se deve a esse facto.

Por último, uma nota, o orçamento para 2011 da Empresa Municipal de Turismo de Coimbra, é quase metade, do último orçamento da Divisão de Turismo da Câmara Municipal de Coimbra.

Chamo a atenção para isso, isto é, há de facto um esforço de contenção, todas as reflexões do futuro das empresas são possíveis, é uma reflexão que todos temos que ir fazendo, e estamos todos em aberto a fazê-la, diria que, neste momento, os sinais que estamos a dar são estes. Contenção é o que vai ser feito durante o ano de 2011 e durante o ano de 2011 poderemos discutir este assunto e todos os outros e chegar aqui a conclusões e recomendações à Câmara."

A Assembleia tomou conhecimento do Orçamento e Plano de Actividades Turismo de Coimbra, E.M.

Ponto 17 - Prodeso - relatório fiscal único - 1º semestre 2010:

A Assembleia tomou conhecimento do relatório referente ao 1º semestre de 2010, da PRODESO – Ensino Profissional, Lda., nos termos e para os efeitos do artigo 28º, alínea e) da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

Ponto 18 - Coimbra I Parque - relatório fiscal único - 1º semestre de 2010:

A Assembleia tomou conhecimento do Relatório do Fiscal Único do Coimbra Inovação Parque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, EM, SA, em conformidade com o disposto no artº 28º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o Regime Jurídico do sector Empresarial Local, sobre a situação económica e financeira relativa ao primeiro semestre de 2010.

Ponto 19 - Mercado Abastecedor da Região de Coimbra SA - opção na compra de acções:**Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

"O Partido Socialista gostava de votar esta como qualquer outra proposta, que vem da Câmara, não pode fazer porém e não a pode fazer porque ela é isenta de total fundamentação.

O Partido Socialista não sabe, não conhece que direitos mais advêm para a Câmara da aquisição dessas 1500 acções. O Partido Socialista pergunta porque se compra 1500 e não por exemplo 1499 acções, não conhecemos a fundamentação da proposta, só por isso vamos votar contra.

Intervenção do Presidente da Câmara:

Este processo de alienação de acções do maior accionista do Mercado Abastecedor de Coimbra. Foi um processo que se desenrolou em cima dos acontecimentos, foi tudo muito de repente.

A nossa ideia é que neste aumento de capital, fosse meramente simbólico nesta fase, sendo que no ano de 2011, por razões que entretanto já esclarecemos já conversamos com o MAC, vai haver ainda a possibilidade do Município comprar bastantes mais acções se assim o entender.

Neste momento fim do ano, com os orçamentos totalmente fechados, nem está previsto no nosso orçamento, isto ainda vai ter que ser feito, uma alteração orçamental para abrir este buraco para se poder comparar as acções.

É de facto simbólico, mas não invalida que o ano de 2011 o município possa vir a considerar adquirir uma parte mais substancial do Mercado Abastecedor. Temos 16 % do mercado abastecedor, por exemplo a Câmara do Porto tem no mercado cerca de 20%. Coimbra teve há 15 ou 20 anos atrás, 33%. Eu diria que ente os 16% e os 33% é razoável, isto é uma empresa nós não somos capitalistas dono da empresa, uma Câmara não é essa a sua função. Na minha opinião deve ter uma posição significativa, para controlar e ter um olho no que se passa no Mercado Abastecedor, porque é um instrumento económico da região.

A nossa ideia foi, não dizer que não a nada, participar simbolicamente e guardar para o ano de 2011 outras possibilidades que entretanto vão ser estudadas com mais tempo e mais calma."

Posto o assunto à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, 35 votos a favor e 14 abstenções, autorizar a Câmara Municipal de Coimbra a adquirir 1500 acções ao preço de 7€ cada num total de 10.500€ do Mercado Abastecedor de Coimbra, SA.

E sendo 20.45 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.